PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS/PI

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 157/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2021 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS-PI, por meio da Pregoeira Oficial do Município, designada por Portaria, conforme documento contido no processo administrativo, torna público que, de acordo com a Lei Federal N.º 10.520 de 17.07.2002, Decretos Federais nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, 5.450/05, 5.504/05, 7.892/2013 e, subsidiariamente, Lei Federal n.º 8.666/93 com suas alterações, e, ainda regulamentação local, nos termos deste edital e seus anexos, realizará, às 08:30h de 22 de Dezembro de 2021, a sessão de abertura do procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, conforme disposto nos Anexos correspondentes,** para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OEIRAS-PI.

<table>
<tr><th colspan="4">DADOS DO CERTAME</th></tr>
<tr><td colspan="4">Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Administração</td></tr>
<tr><td colspan="4">Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OEIRAS-PI</td></tr>
<tr><td colspan="4">Esclarecimentos: Até 17/12/2021 às 18:00hrs para o endereço cpl.pmoeiras@gmail.com.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Impugnações: Até 17/12/2021 às 18:00hrs para o endereço cpl.pmoeiras@gmail.com.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Início da Abertura das Propostas: 22/12/2021 às 08:30 hrs</td></tr>
<tr><td colspan="4">Início da rodada de Lances: 22/12/2021 às 08:45 hrs</td></tr>
<tr><td colspan="4">Sistema Eletrônico Utilizado: PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS
Endereço Eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
Endereço para retirada do Edital: Portal de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/) e (www.tce.pi.gov.br)</td></tr>
<tr><td>ESTIMADO MAXIMO, DE REFERÊNCIA OU SIGILOSO</td><td colspan="2">☐ Valor Total: R$
☒ Estimado
☐ Máximo
☐ Referência</td><td>☐ Orçamento Sigiloso</td></tr>
<tr><td>NATUREZA DO OBJETO:</td><td>☒ Aquisição</td><td>☐ Serviço</td><td>☐ Obras e Serviços de Engenharia</td></tr>
<tr><td>PARTICIPAÇÃO – ME / MEI / EPP</td><td colspan="3">☐ Licitação Exclusiva para ME/EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06
☒ Licitação com itens/lotes exclusivos para ME/EPP e Ampla Participação – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06
☐ Licitação de Ampla Participação.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Prazo para envio da proposta/documentação: 02 (duas) horas</td></tr>
<tr><td colspan="4">INFORMAÇÕES</td></tr>
<tr><td colspan="2">Pregoeiro: Theresa Albano Duarte Franco Pereira</td><td colspan="2">Email: cpl.pmoeiras@gmail.com</td></tr>
<tr><td colspan="4">Endereço: Praça das Vitórias, Nº 37 – Bairro Centro – 64.500-000 – OEIRAS/PI</td></tr>
<tr><td colspan="4">Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o Horário de Brasília/DF</td></tr>
</table>

Observação Nº 01:	Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

PARTE ESPECÍFICA		
As seguintes Definições da Parte Específica deverão complementar, suplementar ou modificar as informações constantes na Parte Geral. **Havendo divergência entre as informações constantes na Parte Geral e as Definições da Parte Específica prevalecerão as últimas.**		
Número do Item da Parte Geral		**Definições da Parte Específica.**
FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	**2**	☐ Por LOTE ☒ Por ITEM ☐ Por GRUPO, para o(s) grupo(s): _____ e por Item, para o(s) ITEM(NS): _____, observadas as condições gerais. ☐ GLOBAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO E INTERVALO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES	**3** **3.1 e 2.7**	☒ MENOR PREÇO: Intervalo de R$ 0,01. ☐ MAIOR DESCONTO: Intervalo de _____%.
CONSÓRCIO	**7.8**	☐ Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes no item 7.8 e seus subitens da Parte Geral deste Edital. ☒ Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.
VALIDADE DA PROPOSTA	**10**	A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.
MODO DE DISPUTA	**26**	☒ ABERTO ☐ ABERTO E FECHADO
DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA PROPOSTA	**30.4**	O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 03 (três) dias consecutivos após o recebimento/apresentação da Ordem de fornecimento.
CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**41.3.2**	☐ Comprovante, na forma da lei, de registro ou arquivamento na Junta Comercial ou no Cartório competente, conforme o caso, do:

		☐ patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente. ☐ capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, caso a licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente. ☐ patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. ☐ capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente. ☒ Não haverá exigência quanto à comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	**42.1**	- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	**41.2**	- Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa licitante expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido em Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 8.077, de 14/08/2013, Lei Federal nº 9.782/99 (art. 7º, inciso VI), Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98 e Portaria SESAPI/GAB n° 665/2016, deverá ser apresentada ainda a Autorização Especial (AE) do estabelecimento da empresa licitante, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido em Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 8.077, de 14/08/2013, RDC nº 16, de 01/04/2014 e Portaria SESAPI/GAB n° 665/2016 - Apresentar licença de funcionamento ou alvará sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal em nome da licitante, em observância a Portaria SESAPI GAB. Nº 0016 de 04 de janeiro de 2019.
APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS	**51**	☒ NÃO ☐ SIM – Prazo para entrega da amostra: _____ dias úteis, a contar da convocação, conforme item _____ do Termo de Referência.
VISITA TÉCNICA	**52**	☒ NÃO ☐ SIM – Na forma do item _____ do Termo de Referência.

ANEXOS	**85**	Integram este Edital, e dele fazem parte, além dos Anexos mencionados na Parte Geral deste edital, os seguintes documentos:

PARTE GERAL

SEÇÃO I - DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OEIRAS-PI deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência

1.1. **Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta**;

1.2. **Havendo divergência entre a documentação exigida no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e as exigidas no edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento de enviar a documentação de habilitação e outros documentos solicitados no edital.**

2. A Parte Específica determinará a forma de apresentação das propostas, que poderá ser da seguinte forma:

2.1. MENOR PREÇO POR LOTE: Para esta forma de apresentação das propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem;

2.2. MENOR PREÇO POR ITEM: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

2.3. MENOR PREÇO POR LOTE e POR ITEM: Para esta forma de apresentação de propostas faculta-se ao licitante a participação em quantos lotes e itens forem de seu interesse. Em se tratando de lote, o licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que o compõem;

2.4. MENOR PREÇO GLOBAL.

3. A Parte Específica determinará o critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, que poderão ser menor preço ou maior desconto.

3.1. A Parte Específica também determinará o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

SEÇÃO II – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. No campo DADOS DO CERTAME deste Edital e no Anexo I – Termo de Referência – constam o valor total da contratação.

4.2. Conforme Decreto n.º 7892/2013, art. 7º § 2º, para registros de preços não se faz necessário de início a indicação de Dotação Orçamentária, que somente será exigida para formalização do Contrato ou outro instrumento hábil

SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5. Poderão participar deste Pregão os interessados (pessoa física e jurídica) pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto as exigências quanto à

documentação, constantes deste Edital e seus Anexos

5.1. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

5.1.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial;

5.1.2. Em dissolução ou em liquidação;

5.1.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei n° 8.666, de 1993;

5.1.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7° da Lei n° 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores

5.1.5. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, §8°., inciso V, da Lei n°. 9.605/1998;

5.1.6. Que não apresente na fase de credenciamento a Declaração de que cumpre os requisitos de Habilitação.

5.1.7. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

5.1.8. Que estejam reunidas em consórcio;

5.1.9. Que sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si;

5.1.10. Estrangeiras que não funcionem no País;

5.1.11. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º. da Lei nº. 8.666/93.

6. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br observadas data e horário limite estabelecido neste edital.

6.1. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

6.2. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

6.5. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão se referir ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços.

SEÇÃO IV – DA ABERTURA DA SESSÃO E DO CREDENCIAMENTO

7. Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar, na internet, a página www.portaldecompraspublicas.com.br, no link “Processos” para acompanhar, ou cadastrar-se no link “Adesão”, para participar;

7.1. As propostas comerciais serão recebidas até às 08:29h (Horário de Brasília) do dia 22/12/2021, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, onde se encontra o link “registro de proposta”, podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no

sistema eletrônico;

7.2. As propostas serão abertas às 08:30hs (Horário de Brasília) do dia 22/12/2021;

7.3. O início da sessão de disputa de preços ocorrerá às 08:45h (Horário de Brasília) do dia 22/12/2021.

7.4. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão fazer o prévio cadastramento do usuário, da senha pessoal que é intransferível, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.5. Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelo telefone (61) 3120-3737 (Portal de Compras Públicas).

7.6. A senha poderá ser utilizada em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras Públicas, devidamente justificado.

7.7. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Oeiras-PI e/ou Portal de Compras Públicas, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.8. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.9. Em se tratando de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte” ou suas respectivas abreviações, “ME” ou “EPP”, à sua firma ou denominação conforme o caso.

7.10. Para comprovação para fins de microempresa o licitante deverá apresentar a Certidão Simplificada da Junta Comercial do seu Estado.

7.11. Caso o PROPONENTE já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema. Para tanto, deverá dirigir-se ao Portal de Compras Públicas.

7.12. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

SEÇÃO V – DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8. A licitante deverá encaminhar proposta, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

8.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula ou percentual de desconto, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, na forma definida na Parte Específica deste Edital.

8.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.5. A proposta deverá conter sob pena de desclassificação: as características do objeto de

forma clara e precisa, indicando as marcas e fabricante dos produtos ofertados, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

8.6. Preço UNITÁRIO, TOTAL POR ITEM E TOTAL GLOBAL, em algarismo e de preferência por extenso, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência.

8.7. Deverá ser consignado que nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

8.8. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

8.9. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

8.10. Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

8.11. Declaração de que a proposta foi elaborada de maneira independente, inclusive que não discutiu o seu teor com nenhum potencial participante do certame, assim como também não tomou conhecimento das propostas dos demais licitantes.

8.12. Declaração de compromisso de entrega em qualquer domicílio dentro do município de Oeiras- PI, sem custos adicionais e independentes da quantidade;

8.13. Declaração de garantia dos produtos/materiais a serem fornecidos, contra qualquer defeito de fruição, fabricação, sob pena de constatada alguma imperfeição, ter os produtos devolvidos e/ou rejeitos, com imputação de penalidades da lei à licitante e a quem for considerada responsável

8.14. Como condição de aceitabilidade da proposta o licitante deverá seguir todas as disposições do edital;

8.15. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

9. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

9.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, no ato do cadastramento da proposta no sistema, importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

9.2. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhados.

10. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida neste Edital, salvo disposição em contrário na Parte Específica do Edital.

10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

11. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

12. Objetivando agilizar a formalização do contrato, sob pena de desclassificação o proponente deverá informar na proposta enviada, o nome do representante que assinará o contrato, bem como o n° do seu RG e CPF, sendo que no ato da assinatura, deverá ser apresentada fotocópia autenticada de documento hábil que comprove sua legitimidade.

12.1. Destarte, como condição de aceitabilidade da proposta, a licitante deverá apresentar declaração de que não incorre na vedação, conforme ANEXO II – DECLARAÇÕES DE REGULARIDADE SOCIAL E CONFORMIDADE AO ART. 3º DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

13.1. Os fornecedores deverão permanecer logados e aguardando o início dos trabalhos por até meia hora (30 trinta minutos) além do horário estipulado para início da sessão. Após esse prazo não havendo início da sessão a mesma deverá ser remarcada com ampla divulgação.

13.2. Aberta a sessão pública virtual do certame, as propostas de preços serão irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

13.3. Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

13.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

14. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

15. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

15.1. É obrigação do licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno poderão ser comunicadas a todos através do Chat e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

SEÇÃO VII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

16.1. O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, perdurará por mais de um dia.

16.1.1. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

17. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

17.1. O Pregoeiro não poderá desclassificar propostas em razão da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela Administração na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU nº 934/2007- 1.ª Câmara).

SEÇÃO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

18. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

18.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

19. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema e conforme as regras estabelecidas no edital sobre lances de valores ou de desconto, bem como os intervalos mínimos de diferença.

20. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

21. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

22. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

22.1. Na fase competitiva, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances de licitantes diferentes não poderá ser inferior a 3 (três) segundos (IN nº 3/2013-SLTI/MP).

23. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

24. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

25. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

26. A Parte Específica definirá o modo de disputa, que poderá ser:

26.1. Modo de Disputa Aberto:

26.1.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico quando o modo de disputa for “aberto”, apresentação de lances públicos e sucessivos pelos licitantes, com prorrogações.

26.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

26.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

26.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

26.1.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

26.2. Modo de Disputa Aberto e Fechado:

26.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

26.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

26.2.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

26.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

26.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

26.2.6. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o

máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

26.2.7. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

27. O intervalo de diferença entre os lances será definido na Parte Específica.

SEÇÃO IX – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

28. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

28.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

28.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

28.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

28.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

28.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

28.6. A fim de comprovar sua condição de microempresa deverá a licitante apresentar a Certidão da Junta Comercial do Estado de sua sede.

SEÇÃO X – DA NEGOCIAÇÃO

29. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.

29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

SEÇÃO XI – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

30. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo indicado no tópico “DADOS DO CERTAME”, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS. Não será permitido o encaminhamento por e-

mail, exceto se expressamente determinado pelo Pregoeiro.

30.1. A Proposta de Preços deverá ser enviada devidamente preenchida, em um único arquivo, para leitura, preferencialmente, em programas de informática comuns, tais como, "Word", "Excel", "Adobe Reader" ou "BROffice", podendo ainda ser compactado a critério do licitante.

30.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

30.3. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados: Prefeitura Municipal de OEIRAS/PI, situado na Praça das Vitórias, Nº 37 – Bairro Centro, CEP: 64.500-000, Centro, na cidade de OEIRAS/PI.

30.4. Demais documentos e/ou exigências estarão dispostos na Parte Específica deste Edital.

31. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

32. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

32.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

32.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

32.1.2. Será avaliada na exequibilidade dos preços fatores como: valor orçado pela Administração, logística de entrega do fornecedor, bem como demais custos da contratação.

32.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Órgão Requisitante ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

32.2.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

32.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.

32.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

32.3.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

32.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive

financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

32.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

SEÇÃO XII – DA HABILITAÇÃO

33. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

33.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

33.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

33.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

33.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

33.2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

33.2.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

33.2.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

33.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

33.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de designado, sob pena de inabilitação.

34. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

34.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Prefeitura Municipal de OEIRAS/PI, Sediada Praça das Vitórias, Nº 37 – Bairro Centro, CEP: 64.500-000, Centro, na cidade de OEIRAS/PI.

35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo

aqueles legalmente permitidos.

36. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

36.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

37. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

38. Habilitação jurídica:

38.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

38.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

38.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

38.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

38.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

38.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

38.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

38.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

38.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

38.10. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

38.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

39. Regularidade fiscal e trabalhista:

39.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

39.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

39.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

39.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

39.5. prova de inscrição no cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicilio ou sede da licitante, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

39.6. prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, emitida até 120 (cento e vinte) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

39.7. prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, emitida até 90 (noventa) dias antes da data de entrega dos envelopes, quando não vier expresso o prazo de validade, mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais relativos a Certidão Negativa de Débitos Municipais e a Dívida Ativa relativo ao ISS/TLF.

39.8. quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

39.9. Comprovante de cadastro no SICAF;

40. Qualificação Econômico-Financeira:

40.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 90 (noventa) dias de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade.

40.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

40.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

40.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

40.2.2. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples nacional, para atendimento do item 40.2, deverão apresentar qualquer um dos documentos idôneos a seguir relacionados, que possibilitem a comprovação da qualificação econômico-financeira: cópia da declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais ou cópia do livro-caixa com o registro de escrituração da movimentação financeira e bancária, nos termos do art.25 e 26, § 2º da Lei Complementar nº123/06

41. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

41.1. As exigências de qualificação técnica dos licitantes serão aquelas discriminadas na Parte Específica deste Edital.

41.2. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

a) Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa licitante expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido em Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 8.077, de 14/08/2013, Lei Federal nº 9.782/99 (art. 7º, inciso VI), Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98 e Portaria SESAPI/GAB n° 665/2016, deverá ser apresentada ainda a Autorização Especial (AE) do estabelecimento da empresa licitante, expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido em Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 8.077, de 14/08/2013, RDC nº 16, de 01/04/2014 e Portaria SESAPI/GAB n° 665/2016;

b) Apresentar licença de funcionamento ou alvará sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal em nome da licitante, em observância a Portaria SESAPI GAB. Nº 0016 de 04 de janeiro de 2019.

41.3. Documentos a serem exigidos na Parte Específica deste Edital, para atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso, de acordo com a natureza do objeto;

42. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

42.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

43. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

44. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

45. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

46. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

47. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

48. A licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

48.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação da licitante nos remanescentes.

49. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será

declarada vencedora.

SEÇÃO XIII – DA AMOSTRA

50. NÃO será exigida amostra como consta na Parte Específica deste Edital.

SEÇÃO XIV – DA VISITA TÉCNICA

51. Não será exigida visita técnica como consta na Parte Específica deste Edital.

51.1. O atestado de vistoria, caso exigido, poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

SEÇÃO XV – DO RECURSO

52. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

53. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

54. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

55. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

56. Para efeito do disposto no § 5.º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica à vista dos autos do processo administrativo em epígrafe, franqueada aos interessados.

57. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

58. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XVI – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

59. A sessão pública poderá ser reaberta:

59.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

59.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

59.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

59.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

SEÇÃO XVII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

60. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

61. A homologação deste Pregão compete a Autoridade Competente do Órgão Requisitante.

62. A licitante vencedora do item/grupo deverá providenciar o seu cadastramento junto ao Setor de Cadastro da Central Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da Adjudicação, objetivando-se agilizar os procedimentos de Contratação/Emissão de Nota de Empenho.

63. Homologado o resultado deste Pregão, a licitante mais bem classificada será convocada para assinar o contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

63.1. O prazo para que a licitante mais bem classificada compareça após ser convocada, poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Central Permanente de Licitação.

63.2. É facultado a CPL, quando a convocada não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4.º, inciso XXIII, da Lei n.º 10.520/02.

64. Quando o preço se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

64.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

64.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

65. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços fornecidos pelos licitantes e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

65.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de prestação de serviços/fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

65.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

66. Não havendo êxito nas negociações previstas na Condição anterior, a pregoeira deverá proceder à revogação dos preços ofertados, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

SEÇÃO XVIII – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

67. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

68. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, por meio eletrônico, para que seja assinada digitalmente no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do envio do e-mail;

69. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os lotes de itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns)/lotes, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;

70. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram aderir a Formação do Cadastro de Reserva. Cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

71. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade responsável, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013.

72. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

73. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

74. As adesões à Ata de Registro de Preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

SEÇÃO XIX – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

75. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão Contratante.

SEÇÃO XX – DAS SANÇÕES

76. A licitante será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de OEIRAS/PI e será descredenciado no cadastro de fornecedores da Prefeitura, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

76.1. Cometer fraude fiscal;
76.2. Apresentar documento falso;
76.3. Fizer declaração falsa;
76.4. Comportar-se de modo inidôneo;
76.5. Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
76.6. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
76.7. Não mantiver a proposta.

77. Para os fins da Subcondição 80.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97, da Lei n.º 8.666/93 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

SEÇÃO XXI – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

78. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico indicado no tópico "DADOS DO CERTAME", até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

79. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

80. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico indicado no tópico "DADOS DO CERTAME", até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

81. Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Pregoeiro será auxiliado pelo setor técnico competente.

82. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

82.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

83. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS e no site da CPL e vincularão os participantes e a Administração.

SEÇÃO XXII – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

84. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo I, do presente Edital.

SEÇÃO XXIII – DAS OBRIGAÇÕES

85. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I, do presente Edital.

SEÇÃO XXIV – DO PAGAMENTO

86. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, Anexo I, do presente Edital.

SEÇÃO XXV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

87. A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

87.1. A anulação do Pregão induz à do contrato.

87.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento

licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

88. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

89. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

89.1. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

90. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

91. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

92. Nos casos de divergência ou dúvida entre o texto do TERMO DE REFERÊNCIA e o texto do Edital, prevalecerá, no julgamento objetivo das propostas e documentos, o texto do Edital.

93. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do CPL, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei n.º 10.520/2002.

94. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios www.portaldecompraspublicas.com.br e https://www.tce.pi.gov.br/.

95. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

95.1. O presente edital deve ser atendido em sua integridade, qualquer verificação de descumprimento ensejará desclassificação do participante.

96. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:

96.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

96.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

SEÇÃO XXVI – DOS ANEXOS

97. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na Parte Específica deste Edital:

97.1. Anexo I – Termo de Referência;
97.2. Anexo II – Declaração de que não emprega menores
97.3. Anexo III – Minuta do Contrato

97.4. Anexo IV – Declaração de pleno atendimento aos requisitos do edital
97.5. Anexo V - Minuta da ata de registro de preços

SEÇÃO XXVII – DO FORO

98. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de OEIRAS/PI, Estado do Piauí, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

OEIRAS (PI), 06 de dezembro de 2021.

_____
Theresa Albano Duarte Franco Pereira
Pregoeira

_____
Natanielle Sesário de Sousa
Secretaria

_____
Marcio Fabiano de Sousa Brandão
Membro

MENSAGEM

RECOMENDAMOS AOS INTERESSADOS QUE FAÇAM O CADASTRAMENTO DE SUAS EMPRESAS NO SISTEMA, NO ENDEREÇO ABAIXO, PARA RECEBEREM INFORMAÇÕES E ACOMPANHAREM O DESENVOLVIMENTO DESTA LICITAÇÃO.
https://www.portaldecompraspublicas.com.br/

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

1.1 O objetivo deste documento é estabelecer um referencial para orientar o Sra. Pregoeira e sua Equipe de Apoio no que diz respeito aos limites a serem admitidos quando da verificação da aceitabilidade das propostas, fixando para tanto requisitos mínimos de tolerância a fim de melhor garantir a qualidade dos produtos a serem oferecidos evitando sobre preços e inexequibilidade de lances.

1.2 Este Termo de Referência fixa, dentre outros, levantamentos das taxas praticadas no mercado local, para fornecimento da espécie, na própria unidade requisitante deste procedimento licitatório, especificamente verificando-se os atos praticados no exercício 2021/2022, como indicativo que levou o responsável pela pesquisa e levantamentos dos dados na área de influência atinente aos produtos objeto do certame que deverão ser demandados, formar suporte que deve orientar a base das decisões a serem tomadas no decorrer da sessão ou das sessões pelo pregoeiro, conforme faculdade conferida no Edital, de acordo com o caso e necessidade apresentada.

1.3 Os objetos a serem licitados devem revestir-se de garantias mínimas indispensáveis a um regular, fornecimento conferindo suporte aos potenciais contratados para gerenciá-los sem que haja quebra de equilíbrio em curto ou médio espaço de tempo para qualquer das partes envolvidas.

1.4 Foram recepcionadas como neste texto transcritos todos os extratos globais ou parciais provenientes de pesquisa realizadas em registro de preços local, como parâmetros para efeito do julgamento dos lances na sessão, tomando-se por base o mercado através de consultas realizadas no período (doc. anexo).

1.5 A Sra. Pregoeira deve tomar por base os preços pesquisados, aferindo-os segundo as cotações e lances processados na sessão, não podendo sobre qualquer pretexto aceitar sobre preços inexequíveis ou preços excessivos para fins de registro em Ata

2. OBJETO

2.1 "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OEIRAS-PI"

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Realizar-se-á o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OEIRAS-PI visando a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Oeiras e suas Secretarias. O presente Termo de Referência pressupõe a realização de Análise de Viabilidade da contratação, bem como a elaboração da sua respectiva estratégia (de contratação), sendo identificáveis, nas passagens abaixo descritas, conforme a pertinência ao objeto licitado.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / QUANTIDADE / ESTIMATIVA DE CUSTO

LOTE I – MATERIAL ODONTOLÓGICO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
1.	ABRIDOR DE BOCA ADULTO E INFANTIL COM 2 UNIDADES	UND	10	35,31	353,10
2.	ACIDO FLUORIDRICO 10%	FRASCO	1	51,62	51,62
3.	ACIDO GEL FOSFORICO 37% PCT C/3 SERINGAS DE 2,5ML	PCT	1	23,71	23,71
4.	ADESIVO E AGENTE DE UNIAO ODONTOLOGICO PARA ESMALTE	FRA	100	87,16	8.716,00
5.	ADESIVO ODONTOLOGICO MAGIC DENTINA E ESMALTE 5 ML	UND	100	85,74	8.574,00
6.	ADESIVO ODONTOLOGICO PRIME DENTINA E ESMALTE 4ML\\015\\012\\015\\012	UND	60	245,79	14.747,40
7.	ADESIVO ODONTOLOGICO SINGLE DENTINA E ESMALTE 6ML	UND	60	290,74	17.444,40
8.	AGENTE DE UNIÃO SILANO	UND	5	211,41	1.057,05
9.	AGUA DESTINADA PARA AUTOCLAVE 1000ML	LT	1	17,80	17,80
10.	AGUA DESTINADA PARA AUTOCLAVE 5000ML	GALÃO	1	40,47	40,47
11.	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C/100	CX	195	65,27	12.727,65
12.	AGULHA GENGIVAL TAMANHO EXTRA CURTA 3OG CX C/100	CX	1	65,27	65,27
13.	AGULHA GENGIVAL TAMANHO LONGA 27G CX C/100	CX	97	65,27	6.331,19
14.	ALCOOL 70 1000ML	LITRO	1	19,29	19,29
15.	ALCOOL 96%.. 1000ML	UND	1	26,70	26,70
16.	ALCOOL GEL 500G...	UND	1	20,77	20,77
17.	ALGINATO HYDROGUM 500G	UND	50	231,11	11.555,50
18.	ALGINATO PARA IMPRESSAO 410G	PCT	50	86,04	4.302,00
19.	ALGODAO HIDROFILO 500G ROLO ODOTONLOGICO	RLO	1	56,08	56,08
20.	ALGODAO ROLETE DENTAL C/ 100 UND	PCT	500	7,27	3.635,00
21.	ALVEOLEX CURATIVO ALVEOLAR 10 G	UND	10	118,11	1.181,10
22.	ALVEOLITINA PARA TRATAMENTOS DE ALVEOLITES 10G	UND	10	118,11	1.181,10
23.	AMALGAMA EM CAPSULA 1 PORCAO C/50 UND	POTE	1	234,08	234,08

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
24.	AMALGAMA EM CAPSULA 2 PORCAO C/50 UND	POTE	70	261,07	18.274,90
25.	AMALGAMA EM CAPSULAS 1 PORÇÃO COM 500 UNIDADES	CX	1	4.636,90	4.636,90
26.	ANESTESICO ODONTOLOGICO 2% LIDOCAINA COM EPINEFRINA CX C/50 TUBETES	CX	292	245,94	71.814,48
27.	ANESTESICO ODONTOLOGICO 2% LIDOCAINA COM FENILEFRINA CX C/ 50 TUBETES	CX	292	207,38	60.554,96
28.	ANESTESICO ODONTOLOGICO 2% LIDOCAINA SEM VASO CX C/ 50 TUBETES	CX	292	245,94	71.814,48
29.	ANESTESICO ODONTOLOGICO 3% CITOCAINA COM PRILOCAINA CX C/ 50 TUBETES	CX	50	245,94	12.297,00
30.	ANESTESICO ODONTOLOGICO 4% ARTICAINA E EPINEFRINA CX C/ 50 TUBETES	CX	292	518,88	151.512,96
31.	ANESTESICO ODONTOLOGICO CLORIDRATO DE PRILOCAINA CX C/ 50 TUBETES	CX	30	385,38	11.561,40
32.	ANESTESICO ODONTOLOGICO MEPIVACAINA 2% CX C/ 50 TUBETES	CX	50	427,20	21.360,00
33.	ANESTESICO ODONTOLOGICO MEPIVACAINA SEM VASO CX C/ 50 TUBETES	CX	20	427,20	8.544,00
34.	ANESTESICO TÓPICO BENZOCAINA SABOR MENTA PINA COLADA E TUTTI FRUITT POTE COM 12GR	FRASCO	292	26,41	7.711,72
35.	ARCO DE OSTYB NYLON ADULTO DOBRAVEL AUTOCLAVAVEL	UND	5	35,31	176,55
36.	ARCO DE YONG ADULTO AUTOCLAVAVEL	UND	5	48,96	244,80
37.	BARREIRA DE PROTECAO GENGIVAL EM GEL TOPDAM	UND	10	112,74	1.127,40
38.	BASE DE BORRACHA PARA ANEL DE AÇO	UND	15	9,88	148,20
39.	BICARBONATO DE SODIO 100G	UND	8	13,95	111,60
40.	BICARBONATO DE SODIO 200G	UND	8	41,24	329,92
41.	BICARBONATO DE SODIO 40G	UND	1	8,87	8,87
42.	BICARBONATO DE SODIO 500G	UND	1	79,60	79,60
43.	BOCA DE DENTE PARA PROTESE C/ 6 SUPERIOR E INFERIOR	UND	60	30,83	1.849,80
44.	BOCA DE DENTE PARA PROTESE C/ 8 SUPERIOR E INFERIOR	UND	50	30,83	1.541,50
45.	BRANCO DE ESPANHA 200G	UND	15	30,26	453,90
46.	BROCA CARBIDE FG ALTA ROTACAO NUMERACAO VARIADA	UND	100	17,80	1.780,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
47.	BROCA CARBIDE FG XI CIRURGICA ALTA ROTACAO NUMERACAO VARIADA\\015\\012	UND	39	31,63	1.233,57
48.	BROCA CIRURGICA ZEKRIA FG	UND	39	186,61	7.277,79
49.	BROCA DE ACO BATT (NUMERACAO 12,14,18) EMB. C/06 UNID	ENB	1	201,44	201,44
50.	BROCA DE ACO CONTRA ANGULO NUMERACAO VARIADA	UND	1	11,84	11,84
51.	BROCA DE ACO PM NUMERACAO VARIADA	UND	39	14,78	576,42
52.	BROCA DIAMANTADA FG PARA ALTA ROTACAO 1 A 4 SERIE NUMERACAO VARIADA	UND	48	14,54	697,92
53.	BROCA DIAMANTADA FG PARA ALTA ROTACAO F 1 A 4 SERIE NUMERACAO VARIADA	UND	48	14,54	697,92
54.	BROCA DIAMANTADA FG PARA ALTA ROTACAO FF 1 A 4 SERIE NUMERACAO VARIADA	UND	48	14,54	697,92
55.	BROCA ENDO Z FG	UND	32	80,10	2.563,20
56.	BROCA GATES NUMERACAO VARIADA	UND	50	32,34	1.617,00
57.	BROCA LENTULO KIT COM 4	CXA	1	240,01	240,01
58.	BROCA MULT SET PARA AMALGAMA KIT COM 6 UNIDADES	CXA	1	237,34	237,34
59.	BROCA TRANSMETAL FG	UND	1	85,74	85,74
60.	BROCA TUNGSTENIO MINIMAX	UND	32	217,76	6.968,32
61.	CALLEN COM PMCC	UND	80	148,34	11.867,20
62.	CALLEN PURO	UND	80	148,34	11.867,20
63.	CAPSULA DE PETRY COM 3 DIVISOES	UND	10	41,30	413,00
64.	CARIOSTAL INIBIDOR DE CARIE	UND	1	38,87	38,87
65.	CARTAO PARA RADIOGRAFIA COM 1 FURO COM 100 UNIDADES	UND	150	50,14	7.521,00
66.	CARTAO PARA RADIOGRAFIA COM 2 FURO COM 100 UNIDADES	UND	150	42,19	6.328,50
67.	CARTAO PARA RADIOGRAFIA COM 5 FURO COM 100 UND	UND	150	57,86	8.679,00
68.	CERA 4 CORES BASTÕES	UND	15	68,24	1.023,60
69.	CERA ARTICULACAO 05 LAMINAS	UND	80	77,79	6.223,20
70.	CERA ORTODONTICA COM 10 UNIDADES	UND	1	14,07	14,07
71.	CERA PARA ESCULTURA 10 BLOCOS	UND	25	77,11	1.927,75
72.	CERA PEGAJOSA BASTAO	UND	8	52,52	420,16
73.	CERA ROSA 7 18 LAMINA	UND	80	4,69	375,20

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
74.	CERA ROSA 9 18 LAMINA	UND	80	4,69	375,20
75.	CERA UTILIDADE 05 LAMINAS	UND	8	4,69	37,52
76.	CIMENTO CIRURGICO LIQUIDO 20ML	UND	10	84,85	848,50
77.	CIMENTO CIRURGICO PERIODONTAL SEM EUGENOL KIT	UND	10	400,24	4.002,40
78.	CIMENTO CIRURGICO PO	UND	26	84,85	2.206,10
79.	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO P.A	UND	52	23,50	1.222,00
80.	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO PASTA LINER 24G	UND	130	100,78	13.101,40
81.	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO PASTA RADIOPACA HIDRO C	UND	29	138,58	4.018,82
82.	CIMENTO DE ZINCO LIQUIDO	UND	65	61,00	3.965,00
83.	CIMENTO DE ZINCO PO	UND	65	61,00	3.965,00
84.	CIMENTO ENDODONTICO A BASE DE EPOXI PASTA KIT AH PLUS	UND	10	352,74	3.527,40
85.	CIMENTO ENDODONTICO OBTURADOR A BASE DE HIDROXIDO DE CALCIO PO E LIQUIDO SEALER 26	UND	26	218,35	5.677,10
86.	CIMENTO ENDODONTICO OBTURADOR A BASE DE OXIDO DE ZINCO E EUGENOL ENDOFILL	UND	48	156,05	7.490,40
87.	CIMENTO ENDODONTICO REPARADOR 1G MTA	UND	26	330,14	8.583,64
88.	CIMENTO ODONTOLOGICO PROVISORIO PASTA 20 G	UND	26	44,30	1.151,80
89.	CIMENTO ORTODONTICO KIT	UND	1	72,39	72,39
90.	Cimento Provisório Pasta Coltosol 20g	UND	130	47,35	6.155,50
91.	CIMENTO PULPOSAN LIQUIDO	UND	26	30,00	780,00
92.	CIMENTO PULPOSAN PO	UND	26	30,00	780,00
93.	CIMENTO RESINOSO DUAL BASE	UND	10	169,34	1.693,40
94.	CIMENTO RESINOSO DUAL KIT	UND	10	264,04	2.640,40
95.	CIMENTO RESINOSO DUAL(BASE + CATALISADOR)	KIT	10	347,64	3.476,40
96.	CIMENTO RESINOSO DUALCATALIZADOR	UND	26	162,13	4.215,38
97.	CIMENTO RESTAURADOR IRM KIT	UND	26	529,26	13.760,76
98.	CIMENTO RESTAURADOR PROVISARIO INTERIM KIT	UND	26	118,08	3.070,08
99.	CIMENTO RESTAURADOR PROVISARIO INTERIM LIQUIDO	UND	26	106,63	2.772,38
100.	CIMENTO RESTAURADOR PROVISARIO INTERIM PO	UND	26	87,88	2.284,88

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
101.	CIMENTO RESTAURADOR RMI KIT	UND	26	41,36	1.075,36
102.	CLAREADOR DENTAL CASEIRO 16% REPOSIÇÃO	UND	6	55,21	331,26
103.	CLAREADOR DENTAL CASEIRO 22% REPOSIÇÃO	UND	1	44,95	44,95
104.	CLAREADOR DENTAL CASEIRO 6% REPOSIÇÃO	UND	1	46,58	46,58
105.	CLAREADOR DENTAL CASEIRO 7,5% REPOSIÇÃO	UND	1	58,59	58,59
106.	CLAREADOR DENTAL CONSULTORIO 35% REPOSIÇÃO	UND	1	180,05	180,05
107.	CLOREXIDINA 2% COM 100ML ODONTOLOGICO	FRASCO	100	44,21	4.421,00
108.	COLETOR UNIVERSAL 80ML	UND	50	1,28	64,00
109.	CONE DE GUTA PECHA ACESSORIO FFR8	UND	20	63,82	1.276,40
110.	CONE DE GUTA PECHA ACESSORIO FR3	UND	20	63,82	1.276,40
111.	CONE DE GUTA PECHA ACESSORIO M	UND	20	63,82	1.276,40
112.	CONE DE GUTA PECHA ACESSORIO MFR1	UND	20	63,82	1.276,40
113.	CONE DE GUTA PECHA ACESSORIO XFR7	UND	20	63,82	1.276,40
114.	Cone de guta percha de 1ª Serie	CX	30	63,82	1.914,60
115.	Cone de guta percha de 2ª Serie	CX	30	63,82	1.914,60
116.	Cone de guta percha FM	CX	30	63,82	1.914,60
117.	Cone de guta percha FM Extra Longo	CX	30	344,88	10.346,40
118.	Cone de guta percha Kit Wave One	CX	15	203,46	3.051,90
119.	Cone de guta percha M	CX	30	63,82	1.914,60
120.	Cone de guta percha M Extra Longo	CX	30	344,88	10.346,40
121.	Cone de guta percha ML	CX	30	110,36	3.310,80
122.	CONE DE GUTA PERCHA PRINCIPAL 1º 15-40	UND	15	63,82	957,30
123.	CONE DE GUTA PERCHA PRINCIPAL 2º 45-80	UND	15	63,82	957,30
124.	Cones de Papel absorventes de 1ª Serie	CX	30	56,19	1.685,70
125.	Cones de Papel absorventes de 2ª Serie	CX	30	56,19	1.685,70
126.	Cones Localizadores para endodontia - Kit	KIT	5	155,76	778,80
127.	CUNHA DE MADEIRA PACOTE C/ 100 UNID	PCT	20	33,67	673,40
128.	CURSOR DE SILICONE STOP	UND	10	67,82	678,20
129.	DENTES POP. (CORES E TAMANHOS VARIADOS)	UND	800	13,27	10.616,00
130.	DUPLICADOR PARA MODELOS DE GESSO 1 K1	UND	25	170,83	4.270,75
131.	EDTA 20 MI	UND	20	18,22	364,40
132.	ENDO ICE SPRAY PARA TESTE DE VITALIDADE 200 MI	FRASCO	10	104,28	1.042,80
133.	ENDO PTC 25 G	FRASCO	25	58,62	1.465,50

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
134.	ESPELHO BUCAL Nº 03	UND	100	15,70	1.570,00
135.	ESPELHO BUCAL Nº 04	UND	80	15,70	1.256,00
136.	ESPELHO BUCAL Nº 05	UND	80	9,62	769,60
137.	EUCALIPITOL 20 MI	UND	80	42,72	3.417,60
138.	EUGENOL 20 MI	UND	156	49,67	7.748,52
139.	FILME ODONTOLOGICO OCLUSAL	CX	10	894,99	8.949,90
140.	FILME ODONTOLOGICO PERIAPICAL CX C/ 150 UND	UND	60	623,87	37.432,20
141.	FILME ODONTOLOGICO PERIAPICAL INFANTIL CX C/ 100 UND	CX	10	748,26	7.482,60
142.	FIO DE SUTURA DE SEDA COM 24 UNIDADES CADA. TODAS COM REFERENCIAS	CX	195	118,29	23.066,55
143.	FIO DENTAL 100 M	FRASCO	650	8,28	5.382,00
144.	FIO DENTAL 500M	UND	195	32,34	6.306,30
145.	FIO MATRIZ 5MM COM 500MM	UND	50	5,26	263,00
146.	FIO MATRIZ 7MM COM 500MM	UND	50	6,18	309,00
147.	FIO ORTODONTICO TAM. DIVERSOS	UND	5	32,79	163,95
148.	Fita para Autoclve	UND	500	15,08	7.540,00
149.	FIXADOR ODONTOLOGICO 475 MI	FRASCO	50	51,60	2.580,00
150.	FLUOR GEL ACIDULADO C/200ML	UND	650	18,99	12.343,50
151.	FLUOR GEL NEUTRO 200ML	FR	650	18,99	12.343,50
152.	FLUOR LIQUIDO DIARIO 0,05%	FRASCO	650	43,59	28.333,50
153.	FLUOR LIQUIDO SEMANAL 0,2%	FRASCO	650	43,59	28.333,50
154.	FORMOCRESOL 10 MI	UND	50	19,56	978,00
155.	FORMOL 10% 1000ML	UND	5	115,70	578,50
156.	FORMOL 30% 1000ML	UND	1	133,50	133,50
157.	GAZE 7.5 X 7,5 9 FIOS, PCT COM 500 UNID	PCT	1	30,35	30,35
158.	GESSO COMUM BRANCO 1 K1	UND	78	11,28	879,84
159.	GESSO ESPECIAL TIPO IV 1 K1	UND	97	73,01	7.081,97
160.	GESSO ORTODONTICO 1 K1	UND	195	19,67	3.835,65
161.	GESSO PEDRA TIPO III AMARELO 1 KL	UND	65	19,67	1.278,55
162.	GESSO PEDRA TIPO III BRANCO 1 KL	UND	195	19,67	3.835,65
163.	GLUTARALDEIDO 1000ML	UND	65	70,91	4.609,15
164.	HIDROXIDO DE CALCIO LIQUIDO TERLAVAL 200 MI	FRASCO	97	75,09	7.283,73
165.	HIDROXIDO DE SODIO 5% SODA CLORADA	UND	130	25,10	3.263,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
166.	HYDRO C	UND	97	153,98	14.936,06
167.	INJECTOR DE ELASTOMERO PLASTICO	UND	20	100,10	2.002,00
168.	IODOFORMIO 10 G	FRASCO	10	87,37	873,70
169.	IONOMERO DE VIDRO C LIQ	FRASCO	10	52,34	523,40
170.	IONOMERO DE VIDRO C PO	FRASCO	45	109,68	4.935,60
171.	IONOMERO DE VIDRO C PO E LIQ KIT	FRASCO	200	126,86	25.372,00
172.	IONOMERO DE VIDRO F LIQ	FRASCO	100	52,34	5.234,00
173.	IONOMERO DE VIDRO F PO	FRASCO	100	188,53	18.853,00
174.	IONOMERO DE VIDRO F PO E LIQ KIT	FRASCO	45	192,37	8.656,65
175.	IONOMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZAVEL KIT	FRASCO	5	524,22	2.621,10
176.	IONOMERO DE VIDRO R LIQ	FRASCO	97	52,43	5.085,71
177.	IONOMERO DE VIDRO R PO	FRASCO	97	81,11	7.867,67
178.	IONOMERO DE VIDRO R PO E LIQ KIT	FRASCO	97	126,86	12.305,42
179.	ISOLANTE 1000ML	UND	22	162,11	3.566,42
180.	ISOLANTE 100ML	UND	22	25,40	558,80
181.	ISOLANTE 500ML	UND	22	81,41	1.791,02
182.	Kit de Limas Wave One	CX	13	780,80	10.150,40
183.	Kit Saúde Bucal Adulto (Escova, Creme Dental e Fio Dental)	UND	2925	14,63	42.792,75
184.	Kit Saúde Bucal Infantil (Escova, Creme Dental e Fio Dental)	UND	2925	14,37	42.032,25
185.	LENÇOL DE BORRACHA PARA ISOLAMENTO	UND	97	84,05	8.152,85
186.	LIMALHA DE PRATA 30 G	UND	32	239,21	7.654,72
187.	Limas C piot	CX	19	243,03	4.617,57
188.	Limas C Plus	CX	19	282,82	5.373,58
189.	Limas Endodontica n° 08	CX	39	68,48	2.670,72
190.	Limas Endodonticas Kit 1 ª Serie de Tamanhos Variados	CX	39	68,48	2.670,72
191.	Limas Endodonticas Kit 2ª Serie de Tamanhos Variados	CX	30	68,48	2.054,40
192.	Limas Endodonticas Kit 3 ª Serie de Tamanhos Variados	CX	39	79,45	3.098,55
193.	Limas Endodonticas Rotatórias e Reciprocantes de Níquel Titânio com Tamanhos Variados	CX	30	780,80	23.424,00
194.	Limas Prodesing R	CX	19	949,10	18.032,90
195.	Limas Prodesing S	CX	19	882,88	16.774,72

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
196.	Limas tipo Flexofile n° 20 c/ 21 mm	CX	39	79,45	3.098,55
197.	Limas tipo Flexofile n° 20 c/ 25 mm	CX	50	79,45	3.972,50
198.	Limas tipo Flexofile n° 20 c/ 31mm	CX	30	79,45	2.383,50
199.	Limas tipo Flexofile n° 25 c/ 21 mm	CX	50	79,45	3.972,50
200.	Limas tipo Flexofile n° 25 c/ 25 mm	CX	39	79,45	3.098,55
201.	Limas tipo Flexofile n° 25 c/ 31 mm	CX	30	79,45	2.383,50
202.	Limas tipo Flexofile n° 30 c/ 21 mm	CX	50	79,45	3.972,50
203.	Limas tipo Flexofile n° 30 c/ 25 mm	CX	39	79,45	3.098,55
204.	Limas tipo Flexofile n° 30 c/ 31 mm	CX	30	79,45	2.383,50
205.	Limas tipo Flexofile n° 35 c/ 21 mm	CX	50	79,45	3.972,50
206.	Limas tipo Flexofile n° 35 c/ 25 mm	CX	50	79,45	3.972,50
207.	Limas tipo Flexofile n° 35 c/ 31 mm	CX	39	79,45	3.098,55
208.	Limas tipo Flexofile n° 40 c/ 21 mm	CX	39	79,45	3.098,55
209.	Limas tipo Flexofile n° 40 c/ 25 mm	CX	39	79,45	3.098,55
210.	Limas tipo Flexofile n° 40 c/ 31 mm	CX	39	79,45	3.098,55
211.	Limas tipo Kerr n° 15 c/ 21 mm,	CX	39	68,48	2.670,72
212.	Limas tipo Kerr n° 15 c/ 25 mm	CX	39	68,48	2.670,72
213.	Limas tipo Kerr n° 15 c/ 31 mm	CX	39	68,48	2.670,72
214.	Limas tipo Kerr n° 45 c/ 21 mm	CX	39	68,48	2.670,72
215.	Limas tipo Kerr n° 45 c/ 25 mm	CX	39	68,48	2.670,72
216.	Limas tipo Kerr n° 45 c/ 31mm	CX	39	68,48	2.670,72
217.	Limas tipo Kerr n° 50 c/ 21 mm	CX	39	79,45	3.098,55
218.	Limas tipo Kerr n° 50 c/ 25 mm	CX	39	79,45	3.098,55
219.	Limas tipo Kerr n° 50 c/ 31 mm	CX	39	79,45	3.098,55
220.	Limas tipo Kerr n° 60 c/ 25 mm	CX	39	79,45	3.098,55
221.	Limas tipo Kerr n° 60 c/ 31mm	CX	39	79,45	3.098,55
222.	Limas tipo Kerr n° 70 c/ 25 mm	CX	39	79,45	3.098,55
223.	Limas tipo Kerr n° 70 c/ 31 mm	CX	39	79,45	3.098,55
224.	Limas tipo Kerr n° 80 c/ 25 mm	CX	39	68,48	2.670,72
225.	Limas tipo Kerr n° 80 c/ 31 mm	CX	39	68,48	2.670,72
226.	LimasEndodonticas n° 10	CX	39	68,48	2.670,72
227.	LIQUIDO DE DARKIN 1000ML	LT	130	19,26	2.503,80
228.	LUPA DE MAO 75 MM	UND	32	31,45	1.006,40
229.	MERCURIO VIVO 100GR	FRASCO	32	2.414,13	77.252,16

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
230.	OLEO LUBRIFICANTE DE ALTA E BAIXA ROTACAO SPRAY 100 ML	FRASCO	97	57,09	5.537,73
231.	OLEO LUBRIFICANTE DE ALTA ROTACAO SPRAY 100 ML	FRASCO	185	57,09	10.561,65
232.	OLEO LUBRIFICANTE DE BAIXA ROTACAO SPRAY 100 ML	FRASCO	1	57,09	57,09
233.	Otosporin liq	VD	50	52,49	2.624,50
234.	OXIDO DE ALUMINIUM EXTRA FINO 2 KG	UND	42	241,14	10.127,88
235.	OXIDO DE ALUMINIUM FINO 2 KG	UND	42	241,14	10.127,88
236.	OXIDO DE ALUMINIUM GROSSO 2 KG	UND	42	241,14	10.127,88
237.	OXIDO DE ZINCO 50G	FRASCO	42	19,79	831,18
238.	PAPEL PARA ARTICULACAO ARCADA TOTAL	UND	162	74,14	12.010,68
239.	PAPEL PARA ARTICULACAO DUPLA FACE COM 12 FOLHAS	PACOTE	227	12,05	2.735,35
240.	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20 MI	FRASCO	19	25,43	483,17
241.	PARAMONOCLOROFENOL PURO 20 MI	FRASCO	19	25,43	483,17
242.	PASTA PARA PROFILAXIA DENTAL 50G	FRASCO	292	34,51	10.076,92
243.	PASTA PARA PROFILAXIA DENTAL 90G	FRASCO	1	33,80	33,80
244.	PASTA ZINCO ENÓLICA(BASE + ACELERADOR)	KIT	130	149,94	19.492,20
245.	PEDRA PARA AFIAR INSTRUMENTOS	FRASCO	5	98,82	494,10
246.	PEDRA POMES EMBALAGEM COM 100G	UND	15	17,03	255,45
247.	PEDRA POMES EXTRAFINO	UND	10	21,31	213,10
248.	PINCEL APLICADOR MICROBRUSH COM 100UND	PCT	15	41,39	620,85
249.	PINO INTRARRADICULA DE FIBRA DE VIDRO N 1, 2, 3, 4,5 MINI KIT C/ 5 UND	UND	24	179,34	4.304,16
250.	PINO INTRARRADICULA EM ACO INOXIDAVEL N 1, 2, 3, 4,5, MINI KIT C/ 5 UND	UND	1	179,10	179,10
251.	PLACA DE ACETATO PARA PROTESE	UND	100	68,45	6.845,00
252.	PLACA DE BASE GODIVA FINA E GROSSA	UND	100	40,86	4.086,00
253.	PLACA DE VIDRO PARA MANIPULACAO 10MM	UND	15	41,48	622,20
254.	PLACA DE VIDRO PARA MANIPULACAO 6 MM	UND	15	28,99	434,85
255.	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 1 SEIRE 15-40	UND	100	56,19	5.619,00
256.	PONTA DE PAPEL ABSORVENTE 2 SEIRE 45-80	UND	100	56,19	5.619,00
257.	PONTAS APLICADORAS PARA CONDUTOS MULT TIPS	UND	100	58,09	5.809,00
258.	POSICIONADOR DE FILME KIT QUIMICO	UND	10	179,01	1.790,10

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
	UNIVERSAL				
259.	POTE DAPEN PLASTICO	UND	10	6,68	66,80
260.	POTE DAPEN VIDRO	UND	10	9,88	98,80
261.	POVIDINE TOPICO 1000ML	LT	1	121,70	121,70
262.	RESINA ACRILICA DURALAY LIQ 30 ML	UND	30	154,27	4.628,10
263.	RESINA ACRILICA DURALAY PO 28G	UND	30	130,54	3.916,20
264.	RESINA ACRILICA DURALAY PO E LIQ KIT	KIT	30	312,28	9.368,40
265.	RESINA AUTOPOLIMERIZÁVEL COMPLETO PO / LIQ	FRASCO	30	215,98	6.479,40
266.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL MICRO HIBRIDA 4G TODAS AS CORES	FRASCO	80	163,71	13.096,80
267.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL NANOPARTICULADA 4G TODAS AS CORES	FRASCO	30	163,71	4.911,30
268.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIO Z100 4H TODAS AS CORES	FRASCO	35	118,52	4.148,20
269.	REVELADOR DE CARIE VIDEOCARIE 10 ML	FRASCO	35	109,77	3.841,95
270.	REVELADOR DE PLACA COM 120UND PASTILHA	UND	35	93,40	3.269,00
271.	REVELADOR DE PLACA COM 60 UNIDADES PASTILHAS	FRASCO	35	45,87	1.605,45
272.	REVELADOR DE PLACA LIQUIDO 500ML	UND	80	31,51	2.520,80
273.	REVELADOR DE PLACA LIQUIDO LIQUIDO 10ML	UND	20	29,38	587,60
274.	REVELADOR ODONTOLOGICO 475 ML	FRASCO	80	45,66	3.652,80
275.	REVESTIMENTO PARA AUTAFUNSÃO 5KL	KL	5	406,11	2.030,55
276.	REVESTIMENTO PARA FUNDIÇÃO LIQ 60ML	UND	20	40,00	800,00
277.	REVESTIMENTO PARA FUNDIÇÃO PO 250 G	UND	20	83,07	1.661,40
278.	REVESTIMENTO PARA SONDAGEM 1KI POTE	UND	15	207,67	3.115,05
279.	REVESTIMENTO RAPIDO PARA ALTA FUSÃO 1 K1 POTE	KL	20	186,31	3.726,20
280.	REVESTIMENTO RAPIDO PARA ALTA FUSÃO 4K1 BALDE	KL	3	528,07	1.584,21
281.	RODA DE OXIDO DE ALUMINIUM BRANCA PORCELANA	UND	10	12,26	122,60
282.	RODA DE OXIDO DE ALUMINIUM CINZA METAL	UND	10	13,50	135,00
283.	RODA DE OXIDO DE ALUMINIUM VERMELHA METAL E PORCELANA	UND	10	12,26	122,60
284.	RODA PARA POLIMENTO ALGODAO	UND	15	41,33	619,95
285.	RODA PARA POLIMENTO BRIM	UND	15	41,33	619,95

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
286.	RODA PARA POLIMENTO FLANELA	UND	15	41,33	619,95
287.	SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL KIT	UND	15	115,50	1.732,50
288.	SOLUÇÃO DE MILTON 1000ML	LT	80	21,75	1.740,00
289.	SUGADOR CIRURGICO DESCARTAVEL	UND	487	4,46	2.172,02
290.	SUGADOR DESCARTAVEL DE SALIVA PACOTE COM 40 UNIDADES CADACOM TUBO EM PVC ATOXICO	PCT	741	19,29	14.293,89
291.	Sugador Endodontico descartável pacotes c/ 40 unidades	CX	130	27,24	3.541,20
292.	SUGADOR ENDOMETRICO DESC. PCT COM 20 UNIDADES	PCT	45	53,40	2.403,00
293.	TAÇA DE BORRACHA PARA PROFILIAXIA	UND	35	8,90	311,50
294.	TAMBOREL PARA LIMAS ENDODONTICAS	UNID	5	59,04	295,20
295.	TIRA DE ACABAMENTO PARA RESINA COM 150 UNIDADES	PCT	50	35,31	1.765,50
296.	TIRA DE ACO PARA AMALGAMA 4MM COM 12 UNIDADES	PCT	100	23,44	2.344,00
297.	TIRA DE ACO PARA AMALGAMA 6MM COM 12 UNIDADES	PCT	100	22,73	2.273,00
298.	TIRA DE POLIESTER COM 50 UNIDADES	PCT	100	27,92	2.792,00
299.	TRICRESOL FORMALINA 10 ML	FRASCO	10	26,68	266,80
300.	VASELINA SOLIDA	POTE	20	40,94	818,80
301.	VERNIZ CAVITARIO CAVITINI 15 ML	FRASCO	20	81,83	1.636,60
302.	VERNIZ COM FLUOR FLUORNIZ	FRASCO	20	126,15	2.523,00
303.	VERNIZ COPAL VERNIZ E SOLVENTE 10 ML	FRASCO	1	109,45	109,45
				VALOR TOTAL:	1.754.414,33
(HUM MILHÃO, SETECENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E QUATORZE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS)					

LOTE II – INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
304.	AFASTADOR FARABEUF ADULTO (13X125MM) PARA USO GERAL ODONTÓLOGICO	UND	28	49,28	1.379,84

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
305.	AFASTADOR FARABEUF INFANTIL (10X120MM) PARA USO GERAL ODONTÓLOGICO	UND	28	48,51	1.358,28
306.	AFASTADOR MINESSOTA	UND	28	26,91	753,48
307.	ALAVANCA APEXO JOGO COM 3 PÇS	KIT	18	199,87	3.497,73
308.	ALAVANCA APEXO Nº 1	UND	25	67,29	1.648,61
309.	ALAVANCA APEXO Nº 2	UND	25	67,29	1.648,61
310.	ALAVANCA APEXO Nº 3	UND	25	67,29	1.648,61
311.	ALAVANCA APICAL 301 ESQUEDA	UND	25	65,30	1.599,85
312.	ALAVANCA APICAL 301 ESQUEDA INFANTIL	UND	25	65,30	1.599,85
313.	ALAVANCA APICAL 302 DIREITA	UND	25	65,30	1.599,85
314.	ALAVANCA APICAL 302 DIREITA INFANTIL	UND	25	65,30	1.599,85
315.	ALAVANCA APICAL 303 RETA	UND	25	65,30	1.599,85
316.	ALAVANCA APICAL 303 RETA INFANTIL	UND	25	65,30	1.599,85
317.	ALAVANCA APICAL JOGO COM 3 PÇS	UND	18	194,26	3.399,55
318.	ALAVANCA APICAL JOGO COM 3 PÇS INFANTIL	UND	18	194,26	3.399,55
319.	ALAVANCA HEINDERBRINK 01	UND	25	60,08	1.471,96
320.	ALAVANCA HEINDERBRINK 02	UND	25	60,08	1.471,96
321.	ALAVANCA HEINDERBRINK 03	UND	25	60,08	1.471,96
322.	ALAVANCA HEINDERBRINK JOGO COM 3 PÇS	UND	18	183,47	3.210,73
323.	ALAVANCA SELDIN 1L ESQUEDA	UND	25	62,90	1.541,05
324.	ALAVANCA SELDIN 1L ESQUEDA INFANTIL	UND	25	62,90	1.541,05
325.	ALAVANCA SELDIN 1R DIREITA	UND	25	62,90	1.541,05
326.	ALAVANCA SELDIN 1R DIREITA INFANTIL	UND	25	62,90	1.541,05
327.	ALAVANCA SELDIN 2 RETA	UND	25	62,90	1.541,05
328.	ALAVANCA SELDIN 2 RETA INFANTIL	UND	25	62,90	1.541,05
329.	ALAVANCA SELDIN JOGO COM 3 PÇS	KIT	11	188,66	1.980,93
330.	ALAVANCA SELDIN JOGO COM 3 PÇS INFANTIL	KIT	11	188,66	1.980,93
331.	ALICATE PARA ORTODONTIA CORTE AMARRILHO	UND	18	809,96	14.174,30
332.	ALICATE PARA ORTODONTIA CORTE DISTRAL	UND	11	1.216,25	12.770,63
333.	ALICATE PARA ORTODONTIA NUMEROS VARIADOS	UND	11	487,81	5.122,01
334.	ALICATE PERFURADOR AINSWORTH	UND	11	268,01	2.814,11
335.	ALVEOLOTOMO CURVO	UNID	16	229,98	3.679,68
336.	ALVEOLOTOMO RETO	UNID	16	229,98	3.679,68
337.	ANEL DE AÇO PARA FUNDIÇÃO VARIOS TAMANHOS	UND	16	32,70	523,20

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
338.	APLICADOR DYCAL ANGULADO	UND	16	20,03	320,48
339.	APLICADOR DYCAL RETO	UND	16	20,03	320,48
340.	APLICADOR DYCAL SIMPLES	UND	16	20,03	320,48
341.	BANDEJA INOX 22 X 9 X 1.5CM PARA 06 INSTRUMENTOS	UND	11	41,98	440,79
342.	BANDEJA INOX 22X17X1.5CM PARA 12 INSTRUMENTOS	UND	11	70,34	738,57
343.	BANDEJA INOX 26X12X1,2CM	UND	11	221,08	2.321,34
344.	BROQUEIRO PARA 15 BOCAS	UND	53	32,76	1.719,90
345.	BROQUEIRO PARA 60 BROCAS	UND	35	92,80	3.248,00
346.	BRUNIDOR Nº 28	UND	70	20,03	1.402,10
347.	BRUNIDOR Nº 30	UND	70	20,03	1.402,10
348.	BRUNIDOR PRATA 29	UND	70	20,03	1.402,10
349.	BRUNIDOR PRATA 33	UNID	70	20,03	1.402,10
350.	CABO P/ BISTURI Nº 03	UND	70	26,44	1.850,80
351.	CABO PARA ESPELHO INOX ADULTO	UND	70	9,17	641,90
352.	CALCADOR CLEV DENT N 21	UND	70	20,03	1.402,10
353.	CALCADOR DE BANDA	UND	70	23,80	1.666,00
354.	CALCADOR DE FIO GENGIVAL	UND	70	20,03	1.402,10
355.	CALCADOR EAMES	UND	70	20,03	1.402,10
356.	CALCADOR HOLLEMBACK Nº 1	UND	70	20,03	1.402,10
357.	CALCADOR HOLLEMBACK Nº 2	UND	70	20,03	1.402,10
358.	CALCADOR HOLLEMBACK Nº 3	UND	70	20,03	1.402,10
359.	CALCADOR HOLLEMBACK Nº 4	UND	70	20,03	1.402,10
360.	CALCADOR PAIVA Nº 1	UND	70	20,03	1.402,10
361.	CALCADOR PAIVA Nº 2	UND	70	20,03	1.402,10
362.	CALCADOR PAIVA Nº 3	UND	70	20,03	1.402,10
363.	CALCADOR PAIVA Nº 4	UND	70	20,03	1.402,10
364.	CALCADOR RABO DE PEIXE	UND	70	27,45	1.921,50
365.	CALCADOR UNHA DE GATO	UND	70	27,45	1.921,50
366.	CALCADOR WARD Nº 1	UND	70	20,03	1.402,10
367.	CALCADOR WARD Nº 2	UND	70	20,03	1.402,10
368.	CALCADOR WARD Nº 3	UND	70	20,03	1.402,10
369.	CINZEL BIBIZEL	UND	14	38,45	538,30
370.	CINZEL BIZEL	UND	14	38,45	538,30

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
371.	CINZEL GOIVA	UND	14	38,45	538,30
372.	CINZEL OCHSENBEIN Nº 1 CABO NORMAL 6,30 NM	UND	14	61,47	860,58
373.	CINZEL OCHSENBEIN Nº 2 CABO NORMAL 6,30 NM	UND	14	61,47	860,58
374.	CINZEL OCHSENBEIN Nº 3 CABO NORMAL 6,30 NM	UND	14	61,47	860,58
375.	COLGADURA INDIVIDUAL DE INOX	UND	14	10,89	152,46
376.	CORTANTE DE BLACK VARIAS NUMERACAO	UND	4	25,87	90,55
377.	CUBA PARA ASSEPSIA INOX 10X5 CM ESP/U.G 300 MI	UND	28	51,12	1.431,36
378.	CUBAS PLASTICA (TAMANHOS VARIADOS)	UND	18	274,72	4.807,60
379.	CURETA GOLDMAN FOX Nº 1	UND	28	28,28	791,84
380.	CURETA GOLDMAN FOX Nº 2	UND	28	28,28	791,84
381.	CURETA GOLDMAN FOX Nº 3	UND	28	28,28	791,84
382.	CURETA GOLDMAN FOX Nº 4	UND	28	28,28	791,84
383.	CURETA GRACEY TODA NUMERADA	UND	28	28,28	791,84
384.	CURETA LUCAS 85	UND	28	27,24	762,72
385.	CURETA LUCAS 86	UND	28	27,24	762,72
386.	CURETA MC CALL TODA NUMERACAO	UND	28	28,28	791,84
387.	DESCOLADOR FREER	UND	28	38,45	1.076,60
388.	DESCOLADOR MOLT 2 -4	UNID	28	38,45	1.076,60
389.	DESTACA PERIOSTEO DE MEAD	UND	28	54,03	1.512,84
390.	DESTACA PERIOSTEO DE MOLT	UND	28	54,03	1.512,84
391.	ESCAVADOR NUMERACAO VARIADA	UND	25	20,03	490,74
392.	ESCULPIDOR DE HOLLEMBACK Nº 03	UND	11	29,26	307,23
393.	ESCULPIDOR DE HOLLEMBACK Nº 3S	UND	11	29,26	307,23
394.	ESCULPIDOR DE HOLLEMBACK Nº 3SS	UND	11	29,26	307,23
395.	ESCULPIDOR DISCLOID CLEOID	UND	11	29,26	307,23
396.	ESCULPIDOR LECRON ADULTO	UNID	11	25,87	271,64
397.	ESCULPIDOR LECRON INFANTIL	UND	11	25,87	271,64
398.	ESPÁTULA Nº 01	UND	21	25,87	543,27
399.	ESPÁTULA Nº 07	UND	21	25,87	543,27
400.	ESPÁTULA Nº 13	UND	21	25,87	543,27
401.	ESPÁTULA Nº 22	UND	21	25,87	543,27
402.	ESPÁTULA Nº 24	UND	21	25,87	543,27
403.	ESPÁTULA Nº 31	UND	21	25,87	543,27

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
404.	ESPÁTULA Nº 36	UND	21	25,87	543,27
405.	ESPÁTULA Nº 50	UND	21	25,87	543,27
406.	ESPÁTULA Nº 54	UND	21	32,04	672,84
407.	ESPÁTULA Nº 57	UND	21	32,04	672,84
408.	ESPÁTULA Nº 60	UND	16	25,87	413,92
409.	ESPÁTULA Nº 62	UND	16	25,87	413,92
410.	ESPÁTULA Nº 70	UND	16	25,87	413,92
411.	ESPÁTULA Nº 72	UND	16	25,87	413,92
412.	ESPÁTULA Nº 74	UND	16	25,87	413,92
413.	ESPÁTULA P/ GESSO	UND	16	23,02	368,32
414.	ESPATULA PLASTICA PARA ALGINATO COLORIDA	UNID	28	3,33	91,58
415.	ESPATULA TOPSON PARA RESINA FOTO	UNID	11	144,18	1.513,89
416.	ESTOJO INOX 12X5X2 CM C/ 8 DIVISÕES	UND	14	97,04	1.358,56
417.	ESTOJO INOX 18X08X5 CM	UND	14	113,15	1.584,10
418.	ESTOJO INOX 18X08X5 CM PERFURADO	UND	14	124,43	1.742,02
419.	ESTOJO INOX 26X12X6CM	UND	14	226,78	3.174,92
420.	ESTOJO INOX 26X12X6CM PERFURADO	UND	14	260,78	3.650,92
421.	ESTOJO INOX 36X22X9CM	UND	14	688,48	9.638,72
422.	ESTOJO INOX 36X22X9CM PERFURADO	UND	14	826,16	11.566,24
423.	ESTOJO PARA LUVA 28X14X06	UND	14	322,16	4.510,24
424.	ESTOJO PERFURADO PARA PÉREO PARA 09 INSTRUMENTOS	UND	14	242,86	3.400,04
425.	FACA PARA GESSO	UND	16	23,02	368,32
426.	FORCEPS ADULTO NUMERACAO VARIADA	UNID	28	238,32	6.672,96
427.	FORCEPS INFANTIL NUMERACAO VARIADA	UNID	28	238,32	6.672,96
428.	GENGIVOTOMO KIRKLAND N 15-16	UNID	25	38,45	942,03
429.	GENGIVOTOMO ORBAN N 1- 2	UND	25	38,45	942,03
430.	GRAMPO DE ISOLAMENTO TODOS OS NUMEROS	UND	11	54,09	567,95
431.	Grampos de Isolamento n° 00	UND	7	54,09	378,63
432.	Grampos de Isolamento n° 202	UND	7	54,09	378,63
433.	Grampos de Isolamento n° 205	UND	7	54,09	378,63
434.	Grampos de Isolamento n° 206	UND	7	54,09	378,63
435.	Grampos de Isolamento n° 211	UND	7	54,09	378,63
436.	Grampos de Isolamento n° 212	UND	7	54,09	378,63

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
437.	Grampos de Isolamento n° 212L	UND	7	54,09	378,63
438.	Grampos de Isolamento n° 212R	UND	7	54,09	378,63
439.	Grampos de Isolamento n° 8A	UND	7	54,09	378,63
440.	Grampos de Isolamento n° SSW8	UND	7	54,09	378,63
441.	JG CALCADOR PAIVA	JG	25	80,34	1.968,33
442.	JG ESCUPIDOR FRAN	JG	27	30,65	812,23
443.	JG EXTRATOR DE TARTARO	JG	27	30,65	812,23
444.	JG P.K.T	JG	27	100,46	2.662,19
445.	JG SONDA RHEIN	JG	6	24,75	136,13
446.	Kit de cânulas de aspiração (metálica)	KIT	4	72,10	252,35
447.	KIT DE IRRIGACAO	KIT	28	72,10	1.982,75
448.	Lamparina a Álcool	UND	4	67,08	234,78
449.	LIMA P/ OSSO N 11	UND	11	105,74	1.110,27
450.	LIMA P/ OSSO N 12	UND	11	105,74	1.110,27
451.	MARTELO DE MEAD	UND	28	140,09	3.852,48
452.	MOLDEIRA DE AÇO PARA DESDENTADO CX C/ 8	KIT	6	207,61	1.141,86
453.	MOLDEIRA LISA ACO KIT COM 8 UND	UND	69	198,00	13.563,00
454.	MOLDEIRA PARA APLICACAO DE FLUOR CX COM 100 UND	UND	6	188,36	1.035,98
455.	MOLDEIRA PARA APLICACAO DE FLUOR CX COM 24 UND	UND	6	87,91	483,51
456.	MOLDEIRA PERFURADA ACO KIT COM 9 UND	UND	70	157,65	11.035,50
457.	MOLDEIRA PLASTICA AUTOCLAVAVEL KIT	UND	70	172,22	12.055,40
458.	Perfurador de lençol de borracha	UNID	4	252,32	883,12
459.	PINÇA CLINICA C/MOLA Nº317	UND	27	27,83	737,50
460.	PINÇA DENTE DE RATO 12CM	UND	27	42,46	1.125,19
461.	PINÇA MOSQUITO 10 CM CURVA	UND	27	67,29	1.783,19
462.	PINÇA MOSQUITO 10 CM RETA	UND	27	67,29	1.783,19
463.	Pinça p/ algodão de odontopediatria	UND	70	24,04	1.682,80
464.	PINÇA P/ COLAGEM DE BRACKET	UND	27	54,09	1.433,39
465.	PINÇA P/ MULHER P/ CARBONO	UND	27	58,09	1.539,39
466.	PINÇA PARA INSTRUMENTOS 2X1 RETA/CURVA	UND	27	168,22	4.457,83
467.	Pinça porta grampo	UND	4	192,24	672,84
468.	PINCEL PELO Nº 0	UND	18	74,17	1.297,98
469.	PONTA MORSE N 0-00	UND	27	113,92	3.018,88

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
470.	PORTA AGULHA CASTROVIEJO CURVO	UND	11	476,21	5.000,21
471.	PORTA AGULHA CASTROVIEJO CURVO/ WIDIA	UND	25	499,83	12.245,84
472.	PORTA AGULHA CASTROVIEJO RETO	UND	11	476,21	5.000,21
473.	PORTA AGULHA CASTROVIEJO RETO COM WIDIA	UND	6	499,83	2.749,07
474.	PORTA AGULHA MATHIEU 11 CM	UND	21	217,55	4.568,55
475.	PORTA AGULHA MAYOHEGAR 14 CM	UND	21	80,52	1.690,92
476.	PORTA ALGODAO 8X8 CM SERVIDO	UND	21	118,20	2.482,20
477.	PORTA ALGODAO 8X8 LIMPO COM MOLA	UND	21	115,02	2.415,42
478.	PORTA AMALGAMA	UND	53	44,21	2.321,03
479.	PORTA AMALGAMA DE PLASTICO	UND	6	44,21	243,16
480.	PORTA AMALGAMA MICRO	UND	6	168,51	926,81
481.	PORTA MATRIZ TOFFEMIRE ADULTO	UND	6	113,27	622,99
482.	PREDENDOR DE QUADANAPO TIPO JACARE CORRENTE	UND	11	15,43	162,02
483.	Régua metálica (milimetrada)	UND	4	41,24	144,34
484.	Régua metálica (milimetrada e perfurada)	UND	4	41,24	144,34
485.	REGUA MILIMETRADA	UND	11	37,98	398,79
486.	SERINGA CARPULE	UND	11	167,15	1.755,08
487.	SINDESMOTOMO	UND	11	43,44	456,12
488.	SONDA EXPLORADORA N 05	UND	11	20,03	210,32
489.	SONDA EXPLORADORA N 47	UND	11	20,03	210,32
490.	SONDA GOLDMAN FOX	UND	16	32,76	524,16
491.	SONDA NAMBERS	UND	16	25,79	412,64
492.	SONDA OMS	UND	16	32,76	524,16
493.	SONDA WILLIANS	UND	18	32,76	573,30
494.	SUGADOR DE SANGUE DE METAL	UND	27	50,47	1.337,46
495.	TESOURA BUCK CURVA	UND	18	88,12	1.542,10
496.	TESOURA BUCK RETA	UND	18	88,12	1.542,10
497.	TESOURA IRIS CURVA	UND	18	49,99	874,83
498.	TESOURA IRIS RETA	UND	18	49,99	874,83
				VALOR TOTAL:	355.929,40
(TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, NOVECENTOS E VINTE E NOVE REAIS E QUARENTA CENTAVOS)					

LOTE III – EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
499.	AMALGAMADOR CAPSULADO DIGITAL tampa protetora transparente Proporciona mistura homogênea e de estrutura adequada, atingindo 4.200 rpm (+/- 10%).com ajuste de memória do tempo a ser selecionado para cada mistura.	UND	3	1.363,69	4.091,07
500.	AUTOCLAVE HOSPITALAR CAPACIDADE DE 30 LITROS HORIZONTAL	UND	6	8.306,67	49.840,02
501.	AUTOCLAVE HOSPITALAR CAPACIDADE DE 60 LITROS HORIZONTAL	UND	4	9.790,00	39.160,00
502.	AUTOCLAVE HOSPITALAR DIGITAL CAPACIDADE DE 12 LITROS HORIZONTAL, Câmara de esterização em aço inox,Secagem com porta entreaberta, Vedação da porta em silicone de alta performace 2 bandejas internas, Tubulação interna em cobre, 18 Sistema de Segurança - Bi-volt , Profundidade 491mm,Largura 426mm,Altura 323mm, Peso 22kg	UND	8	7.713,34	61.706,72
503.	AUTOCLAVE HOSPITALAR DIGITAL CAPACIDADE DE 21 LITROS HORIZONTAL, Câmara de esterização em aço inox,Secagem com porta entreaberta, Vedação da porta em silicone de alta performace 3 bandejas internas, Tubulação interna em cobre, 18 Sistema de Segurança - Bi-volt, Profundidade 670mm, Largura 460mm,Altura 400mm,Peso 32kg	UND	6	8.010,00	48.060,00
504.	BOMBA DE VÁCUO,Sistema de seucção de alta potência para até, 4 consultórios, com vazão de 200 litros por minutos, bivolt,com parte internas em bronze , 1 HP 127/220V	UND	4	4.120,70	16.482,80
505.	CÂMARA ESCURA PARA REVELAÇÃO DE FILME ODONTOLOGICO	UND	6	830,67	4.984,02
506.	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO FG , Sistema Friction Grip com Roalmentos com esferas em cerâmicas, elevando o desempenho e a longividade da peça. Spray Triplo.	UND	13	1.183,70	15.388,10
507.	COMPRESSOR ODONTOLOGICO 38 LITROS para atender 2 consultorio (1 equipo + 1 sugador por cadeira)ou 4 consutórios (1 equipo por consultorio com todos sugadores ligador a bomba a vácuo)Pressão máxima 8 bar/ 120 psi, Dimensão 60x44x70cm, Peso 39kg	UND	4	10.383,34	41.533,36
508.	CONSULTÓRIO ODONTOLOGICO COM 4 MOVIMENTOS AUTOMATICOS - COMPOSTO POR ESTOFAMENTO , CADEIRA ODONTOLOGICA COM PEDAL ACOPLADO NA BASE ,ENCOSTO E ESSENTO UNIDOS SEM ESPAÇO NO ACETABOLO,	UND	6	34.285,77	205.714,62

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
	PARA ENVITA ACIDENTE, UMA SEGURANÇA NO ATENDIMENTO A CRIANÇAS. DEBRUM NA BASE E SEM FIXAÇÃO NO SOLO .CUSPIDEIRA REBATIVEL ,EQUIPO COM TRÊS SUPORTE , REFLETROR COM DUAS ITENSIDAES E MOCHO				
509.	CONTRA ÂNGULO INTRA 1:1 ROTAÇÃO MAXIMA DE 20.000 rpm push button, refrigeração por spray de irrigação interno, pesso inferior a 50 gramas com resistencia superior a 45 N	UND	4	1.729,57	6.918,28
510.	Contra Angulo Oscilatório e Reciprocaste para Endodontia	UND	4	2.217,59	8.870,36
511.	Contra Ângulo Rotatório para Endodontia	UND	4	2.217,59	8.870,36
512.	DESTILADO DE AGUA, Capacidade do reservatório de 4 litros,Cuba interna em inox, Destilação em 1 litro por hora,Botão de acionamento com desligamento automático, Compacta formato cilindroco e de fácil transporte.	UND	4	1.972,84	7.891,36
513.	FOTOPOLIMERIZADOR LED ,Aparelho sem fio , Transmissão de luz por ponteira de fibra óptica 100% coerente , LED de alta potência e intensidade luminosa - 1200 mW/cm2 , 3 modos programáveis de aplicação , Sinal sonoro a cada 5 segundos , Bateria recarregável , Sistema inteligente de desligamento automático , Base de descanso com carregador de bateria , Acompanha: condutor de luz, protetor ocular, base carregadora, fonte de alimentação	UND	6	1.480,37	8.882,22
514.	KIT ALTA E BAIXA ROTAÇÃO - COMPOSTO DE CANETA DE ALTA ROTAÇÃO, MICRO MOTOR, CONTRA ÂNGULO, com case para transporte e óleo lubrificante de alta performance , As peças de baixa rotação possuem irrigação interna,em Alumínio com tratamento anodizado, Autoclavável a até 135C, Spray Interno Duplo	UND	9	3.797,34	34.176,06
515.	MICRO MOTOR INTRA,Spray Interno , Com Rotação que varia de 5.000 RPM a 20.000 RPM , silencioso e com torque de 1.5 N.cm. Possui regulagem de rotação/inversão no corpo do micromotor , autoclaváveis até 135 º C	UND	9	2.013,42	18.120,78
516.	Moto Rotatório para Endodontia Com localizador apical, 4 modos de programação com movimento reciprocante e rotatório comvencional ,Reverso automatico torque e redução por torque bateria recarregável de alta capacidade velocidade 125-625rpm Torque	UND	6	12.460,54	74.763,24
517.	MOTOR DE SUSPENSÃO COMPLETO	UND	4	2.175,46	8.701,84

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QUANT	PREÇO ESTIMADO UNITÁRIO	PREÇO ESTIMADO TOTAL
518.	MOTOR PARA PLOLIMENTO DE RESINA	UND	4	1.685,60	6.742,40
519.	MOTOR SUSP.(BROCAR) C/ PINÇA E CANETA	UND	3	2.175,46	6.526,38
520.	RAIO -X ODONTOLOGICO COLUNA MÓVEL, com base móvel, sobre quatro rodízios duplos, com freios, que proporcionam boa estabilidade e melhor aproximação ao paciente,com alcance horizontal de 1104 mm e vertical até 620 mm, dois limitadores na articulação oferecem proteção aos cabos elétricos, Cabeçote com certificado de teste quanto a radiação de fuga, oltagem de alimentação 110V ou 220V	UND	4	8.188,00	32.752,00
521.	SELADORA DE PAPEL GRAU CIRURGICO, Suporte para papel grau cirúrgico com espaçamento regulável, Regulagem de temperatura,Cortadoir de papel,Corpo em aço inox,Chapa de apoio frontal desmontavel. Espesura de selasgem 10mm.	UND	6	1.750,34	10.502,04
522.	Temo Plastificador Para Gutta Percha de uso odontologico	UND	4	3.738,00	14.952,00
523.	ULTRASOM ODONTOLOGICO COM JATO DE BICARBONATO DIGITAL , com tecla seletora de potência para pontas diamantadas, 4 niveis de Rotação da Bomba peristática, Reservatório de água incorporado ao aparelho, Acompanha 2Tips Perio Sub e 1 Perio E.	UND	4	6.778,84	27.115,36
524.	ULTRASOM ODONTOLOGICO SEM JATO DE BICARBONATO , Ultra som cerâmico para remoção de biofilme, Dispensa ligações deágua e ar comprimido,Portabilidade entre consultórios,Reservatório de água incorporado ao aparelho, Acompanha 2 Tips Perio Sub e 1 Perio E.	UND	4	6.971,67	27.886,68
				VALOR TOTAL:	790.632,07
(SETECENTOS E NOVENTA MIL, SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E SETE CENTAVOS)					

ITEM	DESCRIÇÃO DO LOTE	PREÇO ESTIMADO TOTAL
I	MATERIAL ODONTOLÓGICO	1.754.414,33
II	INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO	355.929,40
III	EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	790.632,07
	TOTAL	**2.900.975,80**
(~DOSI MILHÕES, NOVECENTOS MIL, NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS)		

5. REQUISITOS DA PROPOSTA

5.1 . A proposta deverá ter a especificação clara, completa e minuciosa do material oferecido em conformidade com o Anexo I do Edital, indicando, dentre outros, a marca, fabricante e quantidade do produto cotado sob pena de não aceitação da proposta

5.2 Preço unitário e total, em moeda nacional, algarismo e por extenso, devendo estar inclusas todas as despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o preço proposto.

5.3 Prazo de validade da proposta, não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da abertura deste Pregão.

6. JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

6.1 No julgamento das propostas será considerada vencedora, desde que atendidas as especificações constantes deste Termo de Referência e do edital, a empresa que for a detentora do melhor lance, ou seja, a que propuser o menor preço.

6. JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

6.1 No julgamento das propostas será considerada vencedora, desde que atendidas as especificações constantes deste Termo de Referência e edital, a empresa que for a detentora do melhor lance, ou seja, a que propuser o menor preço.

7. FORMA DE ENTREGA E CRITÉRIO PARA RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 A entrega dos produtos desta licitação deverá ser no prazo máximo de 03 (três) dias consecutivos.

7.2 Os materiais, novos, de primeiro uso, objeto deste Termo, deverão ser entregues devidamente embalados e lacrados, na Secretaria Municipal de Administração de OEIRAS, no horário de 7h00 às 13h00. O prazo de entrega, a partir da emissão da Nota de Empenho, deverá ser de no máximo 03 (três) dias consecutivos.

7.3 Os produtos deverão ser entregues intactos, sem amassados, danificados ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos, respeitando as embalagens primárias e secundárias.

7.4 As marcas apresentadas na proposta não poderão ser substituídas por outra no ato da entrega da mercadoria.

8. RECEBIMENTO E GARANTIA

8.1 O objeto contratado será recebido:

8.1.1 PROVISORIAMENTE, pela Comissão Especial de Recebimento de Materiais, Serviços e Bens da Secretaria Municipal de Administração de OEIRAS, para posterior verificação

da conformidade do material com a especificação, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de entrega dos materiais, e

8.1.2 DEFINITIVAMENTE, após verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar do Recebimento Provisório. Os materiais deverão estar dentro das normas aplicáveis de qualidade e, caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos, devendo ser retirados pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da notificação.

8.2 O prazo de entrega é de, no máximo, 03 (três) consecutivos dias após emissão da Nota de Empenho.

8.3 As firmas deverão obedecer aos prazos determinados para a entrega dos produtos. No caso do não cumprimento dos prazos determinados será aplicado multa por atraso, independentemente de notificação, conforme especificado no ato convocatório e neste termo de referência.

8.4 Os produtos ofertados deverão obedecer ao disposto no artigo nº 31 da Lei Federal nº 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor) que diz: "A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

8.5 Os produtos a serem fornecidos, no que couber, deverão estar garantidos contra quaisquer defeitos de fabricação, de transporte e descarga no local de entrega, devendo o fornecedor substituir, por sua conta e no prazo máximo de 48 horas, os que forem considerados inadequados às especificações, recusados por defeitos ou apresentarem avarias que comprometam o seu uso regular e adequado

9. DO PAGAMENTO

9.1 A Prefeitura Municipal de OEIRAS/PI efetuará o pagamento na conta bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, no prazo de 10 (dez) dias, após o recebimento definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pela Comissão de Recebimento de Materiais, Bens e Serviços da Prefeitura Municipal de OEIRAS/PI.

9.2 Na ocasião da retirada da Nota de Empenho, o representante deverá, para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias:

9.2.1 Entregar, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da entrega dos produtos, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, as cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência pelo servidor que as receber – dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede; e

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Conforme Decreto n.º 7892/2013, art. 7º § 2º, para registros de preços não se faz necessário de início a indicação de Dotação Orçamentária, que somente será exigida para formalização do Contrato ou outro instrumento hábil.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

11.2 Pagar a importância correspondente a aquisição, no prazo contratado.

11.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a contratada entregar fora das especificações deste Edital e seus anexos.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Cumprir, integralmente, o disposto no termo de referência;

12.2 Efetuar a entrega dentro do prazo previsto.

12.3 Disponibilizar veículos para atender, simultaneamente, a quantidade solicitada, no limite máximo previsto na planilha.

12.4 Os veículos sem motorista deverão ser entregues ao contratante com toda a documentação regular, nesta cidade;

12.5 A contratada deverá disponibilizar estrutura de suporte e atendimento mecânico, bem como efetuar a troca imediata do veículo que apresentar defeito se não puder ser consertado pelo atendimento mecânico.

12.6 Substituir a máquina impossibilitado de ser utilizado devido a qualquer eventualidade por outro com as mesmas especificações ou superior, imediatamente, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, pelo período que for necessário;

12.7 A CONTRATADA obriga-se, às suas expensas, a providenciar, em qualquer circunstância, as manutenções de caráter preventivo e corretivo nas máquinas que serão por ela locados à CONTRATANTE, de forma a conservá-las seguros e eficientes, inclusive troca de qualquer peça por desgaste natural, e outros, tais como: troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, etc.;

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS

13.1 Nos termos do artigo 7° da Lei nº. 10.520/02 e do art. 14, do Decreto Federal nº 3.555/00, a licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciadas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e/ou do Sistema de Cadastro de Fornecedores deste Órgão, quando:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) apresentar documentação falsa;

c) convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato;

d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
e) não mantiver a proposta;
f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo;
h) cometer fraude fiscal.

13.1.1 As sanções determinadas no item 15.1 são de competência do Prefeito Municipal de OEIRAS-PI.

13.2 Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/96, nas hipóteses de atraso injustificado no fornecimento dos materiais ou descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa de mora à contratada de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, ou por ocorrência do descumprimento.

13.2.1 O atraso injustificado no fornecimento dos materiais superior a 15 (quinze) dias, caracteriza a inexecução total do contrato.

13.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Prefeitura Municipal de OEIRAS/PI poderá nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

a) advertência;
b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.3.1 As sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” deste item são da competência da Secretária de Municipal de Administração.

13.3.2 Quando aplicada a multa prevista na alínea “b” será ela compensada por ocasião do pagamento dos valores devidos, pela Secretaria Municipal de Administração, conforme os artigos 368 a 380 do Código Civil.

13.3.3 A sanção estabelecida na alínea “d” deste item é da competência do Prefeito Municipal de OEIRAS/PI.

13.3.4 As sanções estabelecidas no item 15.3 podem ser aplicadas à contratada juntamente com as multas moratórias prevista no item 15.2.

13.3.5 A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do contrato, ou todas as sanções relacionadas neste termo de referência serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

14. ESTIMATIVAS DE CUSTO

14.1 O custo total estimado para aquisição parcelada dos materiais objeto deste Termo de Referência é de R$ 2.900.975,80 (DOIS MILHÕES, NOVECENTOS MIL, NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

15. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

15.1 O valor estimado da contratação foi apurado em pesquisas de preços no mercado local e estadual.

16. CONCLUSÃO

16.1 A Secretaria Municipal de Administração necessita de diversos tipos de materiais para a execução de suas atividades.

16.2 Esse projeto visa, através de um planejamento de quantitativo para um ano, poder – através de um processo licitatório – atender a qualquer demanda enviada a Secretaria de Educação.

16.3 Por tratar-se de serviços comuns e o valor a ser contratado não excede o limite legal, adotamos a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para Registro de Preços, que se torna maisaplicável ao presente caso, pelos requisitos necessários à contratação, de acordo com a Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93

ANEXO II
DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS
ATT. PREGOEIRA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2021

((Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.°, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7° da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.° 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ). (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima) Por ser verdade assina a presente

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº_____/2021.
PROCESSO Nº /2021-x.
PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº ----/2021.
OBJETO:

Por este instrumento particular, o Município de OEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº XXXXX, doravante designado **CONTRATANTE**, neste ato representado (a) pelo (a) Secretário (a) Municipal de Administração e Finanças, e a empresa, com sede na XXXX, CEP XXXX, Cidade XXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXXX, neste ato representada por _____ inscrito(a) no CPF sob on° XXXX, firmam o presente **CONTRATO DE XXXX, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2021,** sujeitando as partes às Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no Edital do Pregão ELETRÔNICO nº 041/2021-, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, juntamente com Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá, pelas Cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste contrato a contratação de Pessoa Jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OEIRAS-PI**,** conforme especificações e quantidades em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O valor mensal do presente contrato é de **R$ **** (**), no total anual de R$ ** (**), de acordo com a proposta comercial.
2.2 No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive transporte, instalação, taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados à execução dos objetos.

CLAUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

3.1 Os objetos deverão ser contratados de acordo com as necessidades dos Órgãos, e iniciado a execução no prazo máximo de 03 (três) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
3.2 A autorização de serviço será de inteira responsabilidade e iniciativa da contratante, formalizada por intermédio de Ordem de Fornecimento.
3.3 A execução dos objetos desta licitação deverá estar designada na Ordem de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução de objetos.
3.4 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação por

escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
b.1) Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
c) Outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.

3.5 Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido:
3.5.1. Após comunicação formal por escrito do adimplemento total da conclusão pelo licitante contratado, o Órgão Contratante procederá ao recebimento provisório do objeto, pela FISCALIZAÇÃO, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do licitante contratado.
3.5.2. O Órgão Contratante receberá os objetos em caráter definitivo em prazo não superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório. Durante o período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, ficará o licitante contratado obrigado a efetuar reparos que a juízo do Órgão Contratante se fizerem necessários quanto à qualidade e segurança do objeto.
3.5.3. Encerrado o prazo fixado no subitem anterior, o objeto será recebido definitivamente por uma comissão designada para tal fim, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, desde que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo das sanções civis.

3.6 Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução dos objetos, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas, constantes, ficando a contratada obrigada a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto da contratação.
3.7 Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a contratada será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente.
3.8 A Contratante designará, formalmente, o(s) servidor (es) responsável (eis) pelo acompanhamento “in loco” a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 Os pagamentos serão efetuados conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, com atendimento de todas as exigências do Edital e anexo, em até 30 (trinta) dias do mês subseqüente ao fornecimento dos bens, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO e notas de recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS E PIS/PASEP.
4.2 Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.
4.3 A contratada apresentará à contratante os originais dos documentos fiscais dos objetos executados, sob pena de não serem remunerados pelos mesmos.
4.4 A contratante, quando da efetivação do pagamento, exigirá do contratado a documentação de regularidade em relação à Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, INSS e FGTS, sob pena da não efetivação do pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

5.1 Iniciar a execução dos objetos em prazo não superior ao máximo estipulado na ordem de objetos.
5.2 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
5.3 Realizar a execução de serviço na data indicada nas requisições que lhe forem entregues, por escrito ou eletronicamente, quando tenham sido recebidas no local e prazo acima indicados.
5.4 Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações junto a terceiros e transferir, integralmente, à contratante, descontos especiais (além dos normais, previstos em tabelas), bonificações, reaplicações, prazos especiais de pagamento e outras vantagens.
5.5 Executar os objetos nas condições especificadas no edital e na proposta e estipuladas no Edital;
5.6 A CONTRATADA não será responsável:
5.6.1 Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
5.6.2 Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Edital e na Ordem de Fornecimento a ser assinado com a contratante.

5.7 A contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades
5.8 Só divulgar informações acerca da execução do objeto deste contrato, que envolva o nome da contratante, mediante sua prévia e expressa autorização.
5.9 Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros para a execução do objeto desse contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
6.1 A Contratante, após a retirada da Ordem de Fornecimento, compromete-se a:
6.1.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitir o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências da contratante.
6.1.2 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, exceto quando motivos de ordem superior assim o justificar.
6.1.3 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
6.1.4 Outras obrigações constantes da Minuta de Contrato ou Ordem de Fornecimento.

CLAUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência deste instrumento terá inicio no dia subsequente ao da sua assinatura até o dia xxxxxx.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do presente **CONTRATO** Correrão por conta da dotação orçamentária: **

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS E SANÇÕES:

9.1 As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93.
9.2 A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos objetos licitados não concluídos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

1) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e
2) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e
3) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

9.3 Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:
a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização do Órgão Contratante, no cumprimento de suas atividades;
b) Desatender às determinações da fiscalização do Órgão Contratante;
c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

9.4 Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:
a) Executar os objetos em desacordo com o projeto básico, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

9.5 ADVERTÊNCIA

9.5.1 A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:
a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Órgão Contratante, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do Órgão Contratante, desde que não sejam passiveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

9.6 SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

9.6.1 A suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de OEIRAS pode ser aplicada aos licitantes e contratados cujos inadimplementos culposos prejudicarem o procedimento licitatório ou a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

9.6.2 A penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de OEIRAS nos seguintes prazos e situações:

a) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:
I – Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente e na licitação que tenha acarretado prejuízos significativos para o Órgão Contratante;
II – Execução insatisfatória do objeto deste ajuste, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b) Por um ano:

I - Quando o licitante se recusar a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo Órgão Contratante.

c) Por 02 (dois) anos, quando o contratado:
I - Não concluir os objetos contratados;
II - Prestar os objetos em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando o disposto no edital de licitação, não efetuando sua substituição ou correção no prazo determinado pelo Órgão Contratante;
III - Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao Município de OEIRAS, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do processo licitatório;
IV - Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
V - Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de OEIRAS, em virtude de atos ilícitos praticados;
VI - Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio do Órgão Contratante.

9.7 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

9.7.1 A declaração de inidoneidade será proposta pelo [agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual] a Autoridade Competente do Presidente do Órgão Contratante se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Órgão Contratante, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Órgão Contratante ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

9.7.2 A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

9.7.3 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratada nos casos em que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de OEIRAS, em virtude de atos ilícitos praticados;
d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio do Órgão Contratante, em caso de reincidência;
e) apresentarem qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93.

9.7.4 Independentemente das sanções a que se referem os itens 9.2 a 9.4, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a Órgão Contratante propor que seja responsabilizado:

a) civilmente, nos termos do Código Civil;
b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

9.8 Nenhum pagamento será feito ao executor do objeto da licitação que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

9.9 As sanções serão aplicadas pelo titular do Órgão Contratante, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

9.10 As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

9.11 O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido na forma dos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, nos casos:

I - Administrativamente, nos seguintes casos:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;

c) Lentidão no seu cumprimento, levando ao Órgão Contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

d) Atraso injustificado no início das obras, serviços ou fornecimentos;

e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao Órgão Contratante;

f) **A Subcontratação total ou parcial do seu objeto será admitida somente com a anuência do Órgão Contratante**.

g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

h) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;

i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo do Órgão Contratante, ponham em risco a perfeita execução dos objetos da licitação;

j) Dissolução da sociedade contratada;

k) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo do Órgão Contratante, prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Órgão Contratante e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;

m) Supressão de obras e objetos que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;

n) Suspensão de sua execução, por ordem escrita do Órgão Contratante por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

o) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Órgão Contratante, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

p) Não liberação, pelo Órgão Contratante, de área ou local para execução dos objetos da licitação nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

q) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - Amigavelmente pelas partes.
III - Judicialmente.

9.11.1 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.11.2 No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, prevista nas letras "l", "m", "n", "o", "p" e "q", do inciso "I" do subitem **9.11**, sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido regularmente comprovado, tendo ainda direito a:
I - Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;
II - Pagamento do custo de desmobilização.

9.11.3 A rescisão administrativa elencadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h" "i", "j", "k" "l" e "q", poderá acarretar as seguintes conseqüências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:
I - assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Órgão Contratante;
II - ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
III - execução de garantia contratual, para ressarcimento ao Órgão Contratante dos valores das multas e indenizações a ela devida;
IV - retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Órgão Contratante.

9.11.4 A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subitem anterior fica a critério do Órgão Contratante, que poderá dar continuidade às obras e serviços por execução direta ou indireta.

9.11.5 O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pelo Órgão Contratante, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução das obras e produtos adquiridos, sem prévia e expressa autorização do Órgão Contratante.

9.11.6 Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.

9.11.7 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1 Este instrumento, observadas as devidas justificativas, somente poderá ser alterado unilateralmente pela Contratante ou por acordo das partes, nos termos do Artigo 65, da Lei nº 8.666/1993, incisos I e II, Lei nº 8.666/1993;

10.2 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que a Contratante unilateralmente entender necessárias nas quantidades do objeto, na forma do parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, preservados que ficam as composições consensuais,

10.3 A qualquer tempo, as partes, de comum acordo, poderão celebrar Termos Aditivos ao presente Contrato, objetivando resolver, na esfera administrativa, os casos omissos ou questões suscitadas durante a vigência do mesmo, na forma da Lei nº 8.666/1993 e alterações previstas na Lei nº 8.883/94, conforme conveniência da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA REVISÃO.

11.1 Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para o justo preço da execução dos objetos da licitação, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado, na forma da Legislação.

11.2 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14/02/2SNPA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS:

12.1 Fazem parte integrante deste Contrato, o edital de licitação, as especificações anexadas ao edital, o termo de referência e todos os outros anexos do edital, a Ordem de Fornecimento pela Contratante, os preços apresentados pela Contratada e registrados na Ata de Registro de Preços;

12.2 A Contratada se obriga a manter durante o período de execução deste Contrato as condições exigidas para a habilitação e especificações do objeto da licitação;

12.3 A publicidade resumida do presente instrumento contratual e de seus Termos Aditivos, dar-se-á através do Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993, com as alterações previstas pela Lei 8.883/94, tudo providenciado pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1 As partes contratantes elegem o foro da Comarca de OEIRAS, para dirimir quaisquer dúvidas porventura oriundas deste ajuste, com prévia renúncia pelas partes, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, preparam este instrumento, em 3 (três) vias de igual teor, para um só efeito, que depois de lido e achado vai assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas, para que produzam seus efeitos legais, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir o presente Contrato em todas as suas cláusulas.

OEIRAS (PI), ** de ** de 2021

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS
CONTRATANTE

_____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

CPF:

CPF:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL
À
PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS
ATT. PREGOEIRA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2021

Atendendo as exigências do Pregão Eletrônico em epigrafe, declaramos expressamente que:
1. Aceitamos e concordamos integralmente e sem qualquer restrição com as condições dessa licitação, expressas no edital e todos os seus anexos.
2. Não existe nenhum fato superveniente para nossa habilitação, nem estamos impedidos de licitar, contratar ou transacionar com o Poder Público ou qualquer de seus órgãos descentralizados, nem fomos declarados inidôneos por qualquer órgão federal, estadual, municipal ou concessionária de energia elétrica.
3. Não empregamos menor de dezoito anos, de acordo com o inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal, e do inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93.
4. Temos pleno conhecimento dos locais e das condições de fornecimento dos produtos.
5. Manteremos válida a nossa Proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação e abertura.

, de de 2021

Assinatura do representante Legal Nome:
Cargo:

ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. **/*.***

Pregão ELETRÔNICO nº ***/2021/SRP –PMO/PI.

PREGÃO ELETRÔNICO / REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OEIRAS-PI

Aos *** dias do mês de **** de ano de dois mil e treze, pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE OEIRAS, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Coordenador _____, CPF nº. xxxxx, RG nº. xxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxx, nesta Capital; e a Empresa ....., com sede na Rua ....., na Cidade de ....., CNPJ nº. ....., doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu ....., residente e domiciliado na Rua ....., CPF nº. ....., RG nº. ....., tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93 e alterações e na Lei nº 10.520/02 e alterações, e das demais normas aplicáveis à espécie, resolvem efetuar o registro de preços, conforme decisão alcançada pelas atas das sessões, e devidamente HOMOLOGADA nos autos, nos autos do Processo Administrativo nº XXX/2021 referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 041/2021, consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento.

1. DO OBJETO:
O objeto desta Ata é o registro dos preços resultantes das negociações oriundas do Pregão Eletrônico nº 041/2021, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei federal nº 8.666/93, com objetivo de disponibilizar para os órgãos/entes, preços para posterior e oportuna contratação de ** – a serem entregues em sua totalidade, parceladamente ou não, conforme o objeto e a necessidade de cada órgão/ente do Município, sendo obrigação desta, o controle sobre os preços dos produtos, mantendo a equipe de controle devidamente informada sobre possíveis irregularidades.
1.1 - Registro de Preços de **, para atender a este Município, conforme relacionados em anexo, sob especificações técnicas e estimativas médias de solicitações.
1.1.1. O serviço de publicidade desta licitação será solicitada diretamente à equipe gerenciadora da Ata de Registro de Preços, ficando estabelecido que é obrigação da empresa entregar o serviço, sem a cobrança de encargos, aluguéis ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição dos lotes, itens e subitens e ainda indicações constantes das relações do anexo I deste edital.

1.2 – Os produtos deverão ser entregues, após solicitação formal da Prefeitura Municipal de OEIRAS. A Liberação formal do gerenciador da ata de registro de preço, para as unidades - órgãos e entes solicitante, que deverá sempre anteceder a contratação, onde indicará a especificação, quantidade, valor/preço registrado, indicação e dados do fornecer não podendo os valores serem acrescidos em relação ao transporte, carga, descarga, seguro, embalagens dos bens e demais despesas correlatas.
1.3 - Desde a data da assinatura da(s) Ata(s) de Registro de Preços, a(s) detentora(s) se obriga(m) a adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar a satisfatória prestação dos objetos desta Ata.
1.4 – A Prefeitura Municipal de OEIRAS/PI não se obriga a firmar as contratações que poderão advir do Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
2.1 - A Administração ou Gerenciamento da presente ata caberá à Gerência devidamente nomeada

pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças de OEIRAS-PI.

3. DA SOLICITAÇÃO E DA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS:
3.1 - Da Solicitação: A Secretaria Municipal de Administração e Finanças de OEIRAS-PI deverá emitir Ordens de Fornecimento (OF), ou instrumento equivalente, contendo discriminação dos produtos, preço unitário e total e prazo de entrega, e a Nota de Empenho, ao detentor da Ata, depois de consulta formulada à Prefeitura Municipal de OEIRAS, responsável pelo gerenciamento do Sistema.
3.2 – Na OF ou documento equivalente deverá está declarado a Dotação Orçamentária que suprirá a despesa, contendo pelo menos a Fonte, a Classificação Funcional e o Elemento de Despesa.
3.3 – **Do Fornecimento: De posse dos documentos acima, o detentor da Ata, nos prazos estabelecidos no Edital, entregará o material requisitado no prazo de 03 (três) dias consecutivos, a contar do recebimento da OF e da Nota de Empenho, ou em outro prazo, conforme constar na OF.**

4. DO PREÇO E ESPECIFICAÇÃO:
4.1 - Os preços ofertados, especificação, empresa e representante legal encontram-se enunciados nesta ata.

5. DO PRODUTO:
5.1 – Os produtos fornecidos deverão estar em perfeitas condições de utilização, e em total conformidade com as especificações constantes do Anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº 041/2021- SRP/PMO/PI.

6. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:
6.1 - A Ata de Registro de Preços, ora firmada entre a Secretaria de Administração, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, quando a proposta continuar se mostrando vantajosa, desde que haja interesse da Administração e aceitação das partes.
6.1.1. A Administração Pública não pode prorrogar por mais 12 (doze) meses a Ata de Registro de Preços, respeitando o que diz o artigo 15, § 3º, inciso III da Lei n°8.666/93.

7. DO PAGAMENTO:
7.1 – Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Administração e Finanças de OEIRAS-PI, os documentos abaixo relacionados:
a) Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada;
b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado;
c) Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.
7.2 – Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
7.3 – Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e
b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo serviço, responderá a contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8. A AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:
8.1 - As solicitações de aquisição e emissão de empenho serão efetuadas pelo setor de compras da Prefeitura Municipal de OEIRAS/PI, responsável pela guarda e dispensa. A autorização para aquisição e emissão de empenho ficará a cargo do setor financeiro.

9. **DO CONTRATO:**

9.1 - Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de aquisição de produtos, mediante autorização do Município, observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente.

9.2 - O contrato para aquisição de produtos será sempre representado pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pela detentora da Ata de Registro de Preços.

9.3 - Aplica-se aos contratos de aquisição de produtos decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:

10.1 - Cada compra deverá ser efetuada mediante liberação da Prefeitura Municipal de OEIRAS/PI.

10.2 - A(s) Contratada(s) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital

10.3 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

10.4 - Será de responsabilidade do concorrente que tiver seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ata de registro de preços.

11. DAS PENALIDADES:

11.1 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de registro de preços, aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais estabelecidas.

11.2 - No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de OEIRAS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

11.2.1. - As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93, e especificamente no Edital do Pregão n° 003/2021. 12.2.2 - A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos produtos não adquiridos, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a. de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 15 (quinze) dias; e

b. de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias; e

c. de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 60 (sessenta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

11.2.2.1 - Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada cometer qualquer infração às normas legais Federais, Estadual e Municipal, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

11.2.2.2 - Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

a) entregar produtos em desacordo com o Termo de Referência, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
b) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados. 12.2.3.

ADVERTÊNCIA
11.2.3.1 - A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:
a) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de OEIRAS, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
b) execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
c) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do órgão solicitante, desde que não sejam passiveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

11.2.4. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO
11.2.4.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de OEIRAS pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos.

11.2.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
11.2.5.1 - A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável para o acompanhamento da execução contratual à Prefeitura se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de OEIRAS, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de OEIRAS ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.
11.2.5.2 - A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Prefeitura, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
11.2.5.3 - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratado nos casos em que:
a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de OEIRAS, em virtude de atos ilícitos praticados;
d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio do Órgão Solicitante ou da Prefeitura, em caso de reincidência;
e) apresentarem à Prefeitura ou ao Órgão Solicitante qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93.

11.2.5.4 - Independentemente das sanções a que se referem os itens 02 e 04 do Capítulo XVI, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a Prefeitura ou o Órgão Solicitante propor que seja responsabilizado:
a) civilmente, nos termos do Código Civil;

b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

11.2.6 - Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.
11.2.7 - As sanções serão aplicadas pelo titular da Prefeitura, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
11.2.8 - As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12 – DOS PRAZOS, DO LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO
12.1 – A autorização de aquisição de produtos será de inteira responsabilidade e iniciativa de cada órgão/ente, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis a uma regular administração, em comum acordo com os vencedores deste certame, formalizando por intermédio de Nota de Empenho e simples Ordem de Fornecimento, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou, ainda, por Nota de Empenho e Contrato individual nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas que possam resguardar direitos e obrigações futuras.
12.2 – A contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material quando requisitado no prazo estabelecido no Edital de Pregão eletrônico n° 041/2021.

13. READEQUAÇÃO DE PREÇOS:
13.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do Registro, admitida a revisão quando houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial à Ata, nos termos da legislação que rege a matéria.
13.2 - Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvados, entretanto, a possibilidade de revisão dos preços vigentes conforme previsão editalícia ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.
13.3 - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos bens a serem adquiridos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado e/ou registrado.
13.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os preços de mercado. Independente de provocação da Prefeitura, no caso de redução nos preços de mercado, ainda que temporária, a detentora obriga-se a comunicar a Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado, podendo esta agir de ofício.
13.5 - Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada a restituição do que tinha recebido indevidamente.

14 – DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS:
14.1 – A renegociação, no ato do contrato, poderá ser retomada em razão da quantidade e qualidade do demandado, ficando estipulado como parâmetro máximo, o preço registrado correspondente ao valor da unidade.
14.2 – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao

órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea —d do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
14.3 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
14.4 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
14.5 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
14.6 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
14.7 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM FORÇA CONTRATUAL (aplicação subsidiária do art. 78 da Lei nº 8.666/93):
A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, nas hipóteses adiante descritas:
15.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
15.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
15.1.2 A detentora não formalizar contrato individual decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa.
15.1.3 A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços;
15.1.4 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;
15.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar sua redução;
15.1.6 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
15.1.7 Sempre que ficar constatado que a detentora perdeu quaisquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.
15.1.8 A comunicação de cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento à Detentora, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, pelo menos por uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado dez dias após a publicação.
15.1.9 Fica estabelecido que a detentora da ata deverá comunicar imediatamente Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para o recebimento de correspondência e outros documentos.
15.2 **-** Pela DETENTORA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, sem prejuízos das sanções cabíveis.
15.2.1 A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula 12, caso não aceitas as razões do pedido.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS:
16.1 - O compromisso de aquisição de bens só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, decorrente da Ata de Registro de Preços.
16.2 - Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93, têm caráter

orientativo (preço máximo).
16.3 - Os pedidos às detentoras da Ata deverão ser efetuados através de ORDEM DE FORNECIMENTO e NOTA DE EMPENHO, protocolizados ou enviados através de "fac-símile" ou outra forma semelhante, deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se sua cópia nos processos de liquidação e de requisição.
16.4 - A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e demais acréscimos necessários.
16.5 - Caso os produtos entregues não correspondam às especificações editalícias e desta Ata, serão rescindidos, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e nesta Ata.
16.6 - O preço a ser pago pela contratante será o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da Ata do S.R.P., independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação através da Prefeitura, nesse intervalo de tempo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.
16.7 - Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços negar-se a receber o pedido, este fato deverá ser comunicado oficialmente à Prefeitura, para as providências cabíveis.
16.8 - A detentora da Ata de Registro de Preços deverá comunicar à Prefeitura, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.
16.9 - As alterações contratuais obedecerão à Lei nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº. 8883/94 ou legislação que as vierem a substituir.
16.10 - Ao detentor da Ata cabe assegurar os produtos conforme definidos na sua proposta e aceitos pelo Presidente da Comissão de Licitações, sem prejuízo de todas as disposições previstas no Código do Consumidor.
16.11 - Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de S.R.P., é competente, por força de lei, o Foro de OEIRAS, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93.

OEIRAS-PI, xx de xxxxxxxx de 2021.

CONTRATANTES